



■ Presidente p. 2

“Esforço de reforma”  
institucional na União  
Europeia



■ PSD p. 15

Renovação de  
70 por cento dos  
cabeças de lista às  
eleições legislativas

# Povo Livre



nº 1886

29 de Julho de 2015

Director: Miguel Santos

Periodicidade Semanal - Registo na ERC

nº 105690 - Propriedade: PSD



Dar uma nova  
alma para  
Portugal

*O Presidente do PSD esteve em acções partidárias na Madeira e nos Açores*

# "Esforço de reforma" institucional na União Europeia



A proposta do presidente francês de uma "vanguarda" na zona euro provoca desconfiança e reservas aos países em processo de convergência, porque equivale a "construir diversos clubes dentro do clube". Pedro Passos Coelho saúda a intenção de "levar mais longe as transformações institucionais" da zona euro, qualificando a proposta de François Hollande "como mais uma proposta interessante" nesse sentido.

Numa conferência promovida pelo Fórum de Administradores de Empresas, num hotel de Lisboa, 21 de Julho, Passos Coelho começou por dizer que o presidente francês "não foi muito explícito", mas parece ter proposto "uma ideia de directório europeu mais fechado, mais centrado sobre os países fundadores da Comunidade Económica Europeia, que teria, portanto, uma espécie de Governo europeu, com um orçamento europeu e um parlamento europeu adequado a esses países". "Evidentemente que os países que estão em processo de convergência tendem a olhar de uma forma mais desconfiada dessas ideias, porque isso significa, no fundo, construir diversos clubes dentro do clube, aos quais só se pode ascender de acordo com regras ou parâmetros que não ficaram definidos quando se entrou para o clube. São regras novas. E, portanto, os países, de um modo geral, reagem com uma certa reserva a esse tipo de ideias", considerou. "Seja como for, eu prefiro sublinhar os aspectos que me parecem positivos na proposta, desde já, a ideia de que alguma coisa tem de mudar mais do que aquilo que já decidimos mudar", acrescentou. "Se estivermos todos alinhados na percepção de que precisamos de levar mais longe as transformações institucionais isso já é positivo", reforçou.

O Primeiro-Ministro português defende, porém, que as mudanças têm de ser feitas por acordo de todos os Estados-membros: "Quer dizer, não podem ser meia dúzia de países a dizer aos outros o que é que eles têm de passar a fazer, e a regra que hoje está instituída não é essa, é uma regra em que todos temos de estar de acordo". "E se todos estivermos de acordo em que possam existir respostas diferenciadas, não há nenhuma razão para que não possamos ter respostas diferenciadas que reflectam alguma flexibilidade. Desde que os Estados não sejam empurrados para falsas escolhas dentro das que se seguirão a essa primeira", prosseguiu.

Considerando que "não seria isso que está na mente do presidente francês", Passos Coelho concluiu: "Portanto, tomo essa proposta como mais uma proposta interessante para podermos sem delongas levar mais longe o esforço que foi feito até hoje".

Antes, num discurso de vinte minutos, sem falar de possíveis avanços em termos de sistema político, Passos Coelho insistiu na urgência de uma "reforma de ar-

quitectura da União Monetária" que incluía a criação de um Fundo Monetário Europeu.

O Primeiro-Ministro apelou a um "esforço de reforma" que assegure uma "convergência das possibilidades económicas dos povos europeus", advertindo que se isso for descurado haverá "crescentes forças de divisão e de conflito". "Muitos vão começar a perguntar-se se não estarão melhor fora da Europa, em vez de dentro. Não podemos ignorar a subida dos populismos, dos extremismos e dos movimentos políticos antieuropeus", apontou.

## Passos Coelho aconselha Governo grego a ter "uma atitude diferente"

Passos Coelho recorda que a zona euro foi solidária e fez tudo para salvar a Grécia do abismo e aconselhou o Governo grego a ter "uma atitude diferente" face ao terceiro programa de resgate, pelo que "não há nenhum programa que funcione se os governos que têm de os executar não estiverem totalmente empenhados nessa execução". "Se quem pede o empréstimo e o vai gerir diz que aquilo não vai resultar, o melhor é não perdermos dinheiro. Eu direi, portanto, que é necessária uma atitude diferente da parte do Governo grego para que as coisas possam resultar", acrescentou o chefe do

executivo PSD/CDS-PP, invocando "a experiência portuguesa".

Segundo Passos Coelho, em Portugal, "[as coisas] não teriam resultado se o memorando inicial não tivesse sido alterado, se não houvesse metas flexibilizadas, se não houvesse um historial de cumprimento que gerasse confiança entre os parceiros - como com a Irlanda também, de resto".

"Primeiro é preciso criar confiança, depois fazem-se os ajustamentos que forem necessários, e por fim teremos alguma coisa que possa funcionar, como funcionou em quase todos os outros sítios", advogou.

De acordo com o Primeiro-Ministro, nos últimos anos, "a Grécia fez um esforço de medidas de austeridade muito superior a qualquer outro país que tivesse conhecido programas desta natureza", mas "muito menos mudanças do ponto de vista estrutural do que qualquer um dos outros", e "as duas coisas têm de funcionar em conjunto".

Nesta conferência, Pedro Passos Coelho considerou que a Grécia esteve "à distância de um cabelo de um total caos financeiro que precipitaria o caos económico, social e político", e enalteceu a forma como a zona euro respondeu a essa situação. "Supunha-se que os bancos pudessem não ter sequer notas para poder dispensar durante os próximos dias", referiu.

"Apesar de todos os desenganos, de toda a quebra de confiança que existiu, a Europa no seu conjunto, a zona euro totalmente fez tudo o que estava ao seu alcance para que a Grécia não caísse num abismo - para o qual, digamos assim, ninguém na Europa tinha empurrado a Grécia", considerou.

Passos Coelho contestou a ideia de que "a União Europeia obrigou a Grécia a ajoelhar, impôs uma rendição indigna à Grécia", afirmando que "foi a Grécia que pediu ajuda" aos seus parceiros europeus.

"Já houve dois programas de ajuda que foram carreados à Grécia no valor, em conjunto, de quase 240 mil milhões de euros, que é uma coisa astronómica. Há um terceiro programa que está a caminho que pode chegar a cerca de 86 mil milhões de euros, e pelo caminho foram perdoados cerca de 100 mil milhões de euros de dívida à Grécia. A Grécia não pagará juros por estes empréstimos europeus nos próximos dez anos e terá cerca de trinta e dois anos e meio para amortizar estes empréstimos, e os novos que estão a ser concedidos provavelmente outros trinta", apontou.

O Primeiro-Ministro português manifestou "um certo optimismo" quanto à evolução da União Europeia, tendo em conta "os mecanismos muito mais robustos" criados nos últimos anos, mas disse não ser capaz de prever "se este terceiro programa para a Grécia será bem-sucedido ou não".





**Portugal deve-se preparar para taxas de juro mais altas**

O chefe do Governo advertiu para o risco de se definir uma política a contar com a manutenção das atuais taxas de juro nos próximos anos, e defendeu que Portugal deve preparar-se para a sua subida. “Ninguém faz futurologia, mas será muito arriscado desenhar uma política que parta do princípio que daqui a dois anos as taxas de juro estarão nos mesmos níveis historicamente baixos que têm estado. O mais provável é que não estejam. E, portanto, devemos preparar-nos para esse cenário”, declarou Pedro Passos Coelho, numa conferência promovida pelo Fórum de Administradores de Empresas. Manifestando “muita tranquilidade” em relação ao resultado das eleições legislativas, o também presidente do PSD sustentou: “A melhor forma de estarmos preparados para esse cenário é mantermos a linha credível de reforma que temos seguido, de estabilidade orçamental e de rigor orçamental que temos prosseguido, e ao mesmo tempo procurar o desendividamento”. Nesta conferência, Passos Coelho insistiu que é preciso “estabilidade nas principais políticas” para continuar o desagravamento da dívida externa e construir uma economia “liderada pelas exportações, mais competitiva e muito orientada, portanto, para o mercado global”, contendo as importações e “sem dar incentivos especiais aos sectores menos competitivos”. Passos Coelho referiu que “o desendividamento do lado das empresas tem vindo a acontecer, e também do lado das famílias”, mas que “do lado do Estado esse desendividamento ainda não é efectivo”, devido aos “juros da dívida pública, que são muito pesados”. Segundo o presidente do PSD, “Portugal poderá aproveitar os próximos dois, três anos para, por um lado, conseguir aliviar um pouco da carga fiscal que existe, nomeadamente removendo as medidas extraordinárias”, e deve “continuar a reforma do IRC”. “E, do outro lado, se conseguirmos que toda a folga que possa existir e que não seja consumida para remover as medidas de austeridade, poder colocar o rácio de dívida pública dentro de limites que não sejam considerados stressantes. E insisto muito neste ponto porque realmente os próximos dois anos serão decisivos para isso”, acrescentou.

**Vamos cumprir a meta de redução da dívida pública para 125 por cento**

A meta de redução da dívida pública para 125 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) traçada para este ano vai ser cumprida. “Nós cumpriremos até ao final deste ano a meta de 125 por cento que nos propusemos”, afirmou



o chefe do executivo PSD/CDS-PP, numa conferência sobre política fiscal promovida pela TSF e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, na Fundação Champalimaud, em Lisboa, 21 de Julho.

“Nós temos tido a possibilidade, durante este meio ano, este primeiro semestre, de ter uma política prudente, de captar, em boas condições de mercado, o financiamento de que precisávamos para o ano todo. E teremos na segunda metade de ano a possibilidade de vir a amortizar dívida pública sem qualquer stresse financeiro e, portanto, em melhores condições. Acabaremos o nosso ano dentro daquilo que é a meta que estipulámos”, reforçou.

O Primeiro-Ministro introduziu este tema no seu discurso referindo que, no anterior período de governação do PS, “de 2005 a 2011”, o rácio da dívida pública “cresceu quase 40 pontos percentuais, passando de 60 e muitos por cento do PIB para, à data do segundo trimestre de 2011, valores de cerca de 109 por cento do PIB”.

Quanto à evolução da dívida pública na actual legislatura, disse: “A despesa, apesar de estar controlada e até a ser reduzida em termos estruturais, não impediu, por grande efeito da recessão e do alargamento do perímetro, que o nosso rácio de dívida pública tivesse aumentado para quase 130 por cento”.

Depois, referindo-se ao facto de o Banco de Portugal ter revelado que entre Abril e Maio a dívida pública aumentou, Passos Coelho acrescentou: “É importante esclarecer todas as pessoas que isso não é um resultado anual”. “Isso deve-se ao facto de nós termos tido uma política prudente, conduzida pelo IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública) e pelo Tesouro, que permitiu que nós conseguimos ir a mercado só em maio emitir cerca de 4 mil milhões de euros em obrigações, sem ter procedido a qualquer amortização - porque este ano a amortização mais importante de dívida pública ocorrerá em Outubro, e são cerca de 5,4 mil milhões de euros”, acrescentou.

### Triunfo do futebol de praia deve contagiar todos os atletas

Pedro Passos Coelho afirmou que gostaria que a conquista do Mundial de futebol de praia por Portugal contagiasse todos os atletas, sobretudo a comitiva portuguesa dos Special Olympics.

O governante, que falava durante a recepção da comitiva antes da partida para Los Angeles, nos Estados Unidos, onde competem de 25 de Julho a 2 de Agosto, nos XIV Jogos Mundiais de Verão. “É realmente um re-

sultado histórico. É a primeira vez que uma equipa sénior vence uma prova da FIFA. Trouxe-nos um resultado inédito que nos deixa cheios de confiança para o futuro. Quebrado o enguiço espero que possamos renovar este título. Espero que para no futuro nos deixemos contagiar por este resultado e possamos mais concretizados desses resultados”, afirmou.

Perante uma comitiva de 70 elementos, 49 dos quais atletas, que representar Portugal em nove modalidades, Pedro Passos Coelho reconheceu que o governo fez tudo para que estes representem condignamente Portugal.

“É uma obrigação do Estado disponibilizar a ajuda que é necessária para que o desporto possa estar acessível a todos. O Governo procurou disponibilizar um apoio que pudesse permitir uma participação condigna. Dispensámos cerca de 78 mil euros de ajuda a esta participação”, disse Passos Coelho.

Retirando a pressão das costas destes jovens atletas amadores, o Primeiro-Ministro sugeriu a receita para o

sucesso. “Levamos tudo a sério. Tudo o que fazemos na vida devemos fazer com muita seriedade e muito empenho. Mas também temos de nos divertir um bocadinho e encontrar algum gozo para que possamos ajudar a preencher o dever com que nos atiramos nos objectivos que traçamos. Só assim podemos alcançar os melhores resultados”, defendeu.

Em relação à verba disponibilizada pelo governo, Dias Ferreira, presidente da Direcção dos Special Olympics, salienta que não é suficiente para cobrir os custos com a viagem, contudo salienta que não foi por isso que nos anos anteriores Portugal deixou de conquistar medalhas. “No conjunto de 110 atletas em competição temos 84 medalhas, sendo 44 de ouro. É uma boa performance. Vale a pena apostar nestes jovens. Passei a interessar-me muito pelos Special Olympics, porque venho de um aspecto do desporto muito diferente. Este é muito puro. Eu costumo dizer que já estava cansado dos intelectuais com deficiência e por isso vim para este projecto dos deficientes intelectuais”.



Jantar com o grupo parlamentar do PSD

# Políticas recentes abriram caminho ao crescimento económico



O presidente do PSD afirmou que não troca a estratégia de “prudência” dos últimos anos por mais alguns deputados nas legislativas. No início de um jantar com o grupo parlamentar do PSD, na Assembleia da República, dia 21, Pedro Passos Coelho defendeu “a importância de se ser prudente, de não se andar aos ziguezagues na estratégia”, acrescentando: “Nunca por nunca trocamos esta confiança, de alguma forma, esta prudência por resultados eleitorais”.

Segundo o presidente do PSD, as políticas dos últimos anos abriram caminho à atracção de investimento, crescimento económico e emprego. “Agora que esse prémio está ao nosso alcance, não o vamos desbaratar

apenas para poder ter a mira de eleger mais uns quantos deputados, que nunca deixariam de fazer muita falta num parlamento que apoia um Governo que sabe o que quer e aonde quer chegar”, afirmou.

Passos Coelho deixou esta mensagem em relação às próximas legislativas depois de recordar que “foi justamente nesta sala” do edifício novo da Assembleia da República que, em 2013, utilizou a expressão “que se lixem as eleições”.

O Primeiro-Ministro contestou que essa sua frase possa ser entendida como um desrespeito pela democracia ou uma desvalorização das escolhas dos portugueses. “Essas escolhas são decisivas, mas só são realmente

consequentes se soubermos que aquilo que estamos a escolher é para valer, que não é de uma maneira no curto prazo para no médio e longo prazo amargarar”, considerou.

Referindo-se às próximas legislativas, declarou: “Nós estaremos a preparar-nos para essas eleições com a consciência dificuldades que vencemos, do dever que cumprimos e, em particular, do projecto que transportamos para o futuro”.

## Dívida pública é “herança do passado”

Para o Primeiro-Ministro, a dívida pública portuguesa é uma herança do passado que é recordada de cada vez que são divulgados relatórios, sublinhando que Portugal está “muito determinado” em não voltar a cometer “erros do passado”. “É uma herança que nós temos do passado e essa herança é recordada a cada mês, a cada três meses, sempre que esses relatórios são publicados [relatório do Eurostat divulgado hoje], porque isso é o retrato da herança que nós temos”, afirmou Pedro Passos Coelho, em Lisboa, em resposta aos jornalistas, ressaltando que é sabido que “os países que tiveram de recorrer à ajuda externa são aqueles que têm um nível de endividamento maior, senão não teriam tido necessidade de recorrer à ajuda externa”.

O Eurostat revelou que Portugal manteve no final do primeiro trimestre do ano a terceira dívida pública mais elevada da União Europeia, em percentagem d Produto Interno Bruto (-129,6 por cento), apesar de um ligeiro recuo face ao último trimestre de 2014.

“Nós estamos muito determinados em não voltar a cometer os mesmos erros do passado e em ter uma disciplina orçamental, financeira e económica que mantenha o país e o Estado a coberto de aumentar essa dívida e, portanto, de ficar novamente numa situação de ‘stress’ financeiro que obrigue a um pedido de ajuda externa, mas isso é o que temos vindo a fazer”, sublinhou.

Pedro Passos Coelho referiu também que a dívida “não



Presidência

se consegue resolver de um dia para o outro, vai demorar vários anos a fazer". "Sabemos que isso não se consegue resolver de um dia para o outro, vai demorar vários anos a fazer, exige uma grande determinação do país, que eu tenho visto e constatado, e exige uma determinação também do Governo, que não tem faltado, justamente para conseguir que as nossas contas públicas possam atingir as metas que estavam destinadas", disse.

O chefe de Governo destacou depois a importância de um défice abaixo de 3 por cento, uma das metas para este ano: "Permitirá diminuir o nosso 'stock' de dívida, mas também ver diminuir o rácio de dívida pública, não apenas porque estamos a diminuir a dívida, mas também porque estamos a aumentar a nossa riqueza nacional, estamos a aumentar o produto [PIB], o país está a crescer e a gerar emprego".

**Portugal coloca dívida a cinco anos a uma taxa de juro média de 1,4232 por cento**

Pedro Passos Coelho defendeu que a emissão de dívida realizada hoje demonstra "confiança" e que Portugal está "plenamente preparado" para cumprir os compromissos e obrigações em matéria de dívida. Questionado sobre a emissão de dívida realizada a 22 de Julho a cinco e a 22 anos, o Primeiro-Ministro considerou ser "um dia importante para Portugal", porque fez "uma emissão de médio-longo e de muito longo prazo e isso só é possível de fazer quando existe uma confiança muito grande por parte do mercado naquele que é o país emissor dessa dívida".

"Só o facto de o IGCP [Agência de Gestão do Crédito e da Dívida Pública], que é a nossa instituição que faz a gestão da dívida pública, ter detectado no mercado confiança e apetite para este tipo de operações é extremamente positivo para o nosso país", disse o chefe de Governo, acrescentando que apesar de não ter pormenores acerca das emissões de dívida, sabe que "foram bem-sucedidas". "Nós conseguimos, quer no primeiro semestre, nos primeiros seis meses do ano, quer agora com esta nova emissão, colocar Portugal como um emissor de confiança credível para os agentes financeiros, para o mercado de dívida, o que é extremamente importante", continuou, Passos Coelho, acrescentando que Portugal continua a "reforçar a capacidade para poder responder a qualquer imprevisto que possa acontecer".

Portugal colocou 900 milhões de euros em Obrigações do Tesouro (OT) a cinco anos a uma taxa de juro média de 1,4232 por cento, inferior à de 1,5529 por cento do anterior leilão comparável, foi anunciado. Segundo dados da Agência de Gestão do Crédito e da Dívida Pública (IGCP), publicados na página da entidade na agência Bloomberg, também foram colocados 600 milhões de euros em OT a 22 anos, na primeira emissão desta ma-



turidade depois da presença da 'troika' no país, a uma taxa de juro média de 3,5341 por cento.

**"É preciso mobilizar os portugueses para não desperdiçarem todo o esforço que foi feito"**

O líder parlamentar do PSD motivou um longo aplauso quando elogiou Pedro Passos Coelho, apontando-o como "um exemplo de dedicação, de competência, de credibilidade". "Nós tivemos uma liderança forte, aliçada no trabalho, na seriedade, na coragem, na tenacidade", referiu Luís Montenegro

O líder parlamentar do PSD manifestou "muito orgulho" no trabalho da actual maioria. "Todos nós cumprimos a primeira parte da missão com que nos apresentámos às eleições legislativas de 2011, que era porventura a

mais complexa", considerou. "Mas é apenas a primeira parte da nossa missão, que vai ter de se continuar a cumprir a partir do próximo ato eleitoral", acrescentou, defendendo que é preciso "mobilizar os portugueses para não desperdiçarem todo o esforço que foi feito" nos últimos quatro anos.

Neste jantar do grupo parlamentar do PSD de final de sessão legislativa estiveram presentes vários ministros e a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, foi especialmente saudada por Luís Montenegro e por Pedro Passos Coelho. "É um orgulho e foi um orgulho, podermos conviver com ela nestes quatro anos", disse o líder parlamentar do PSD, considerando que Assunção Esteves "deixa um trabalho de prestígio, de dignificação da função parlamentar".



WWW.PSD.PT

O presidente do PSD na Madeira e nos Açores

# Dar uma nova alma para Portugal



O líder do PSD pediu na festa do PSD/Madeira, no Chão da Lagoa, o apoio para ter a oportunidade de dar “uma nova alma para Portugal”. “Julgamos ter feito o que devíamos ter feito e agora gostaríamos também de ter a oportunidade de mostrar que podemos por o nosso país a crescer ainda mais em tempos de normalidade e não nos tempos da crise”, declarou Pedro Passos Coelho aos milhares de populares que se concentraram na XXXII festa popular do PSD/Madeira, nas serras sobranceiras do Funchal. E acrescentou: “Agora que pusemos a crise para trás, estou convencido que, com o vosso apoio conseguiremos dar também não só uma outra alma à Madeira, mas uma nova alma para Portugal”.

O presidente social-democrata considerou que o país “ganhou o direito a ter um futuro melhor”. E recorreu à memória para dizer que “depois de muitas facilidades e de muito dinheiro (...) a correr no país durante tantos anos, o que aconteceu foi o crescimento do desemprego e a estagnação da nossa economia. Por isso é que não podíamos continuar como estávamos”.

“Precisamos portanto do vosso apoio, porque só podemos continuar se tivermos o vosso apoio e esse pedido deve ser pedido com humildade”, apelou. Pedro Passos Coelho declarou ficar “entristecido” com a postura dos partidos da oposição que “cada vez que um resultado aparece em Portugal eles não gostam e dizem que é mentira” e que o Governo está a “falsear a realidade”. “Que mal fez o nosso povo à oposição para que a oposição só goste quando as coisas só correm mal no país e fique desagrada quando as boas notícias começam a aparecer?”, argumentou.

Por isso, na opinião do também Primeiro-Ministro, “está bem nas altura de nas próximas eleições o povo por-

tuguês dizer à oposição que ela é precisa em Portugal mas não para governar, porque quando governou foi o desgoverno para o nossos país e o que precisamos agora é de consolidar o bom governo que podemos fazer para o futuro”, sublinhou.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que os portugueses não devem esquecer que as dificuldades que o país teve

de enfrentar são da responsabilidade “dos socialistas em muitos anos de governo em Portugal”. O governante sustentou também que “Portugal hoje pode sonhar mais e pode chegar mais longe”, realçando que “até a oposição se entusiasma com o futuro”. Segundo o presidente do PSD, “os portugueses não comem, TGV, nem auto-estradas, nem dívidas, têm de as pagar e suportar



Presidência

e, por isso, não esquecem esse tempo em que se preparou esta crise”, apontando que o caminho é a aposta na criação de condições para fomentar investimento em todas as regiões do país. Mas, Passos Coelho salientou que as empresas “não vão atrás das obras públicas, vão atrás dos governos que sabem o que querem, que não fazem batota na economia.”

O líder nacional elogiou o trabalho desenvolvido pelo actual governo madeirense, liderado por Miguel Albuquerque, que tomou posse a 20 de Abril, considerando que “é uma amostra como a Madeira pode recuperar uma grande confiança e esperança no futuro”. Passos Coelho declarou ainda o apoio do Governo à construção do novo hospital da Madeira, sublinhando: “Vamos ter de fazer das tripas coração para fazer uma nova unidade de saúde” na região.

Pedro Passos Coelho percorreu durante mais de duas horas as barracas espalhadas na herdade do Chão da Lagoa, na sua primeira participação oficial na festa anual do PSD/Madeira. Acompanhado pelo líder do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, e pelo vice-presidente coordenador da comissão política nacional e porta-voz, Marco António Costa, Passos Coelho chegou ao recinto. Depois de ouvir o hino do partido, Passos Coelho e Miguel Albuquerque distribuíram sorrisos, beijos e abraços



aos muitos madeirenses que se concentraram no local, nas serras sobranceiras do Funchal, num dia de sol.

O responsável nacional começou por declarar que “não podia faltar” e que estava “satisfeito por estar nesta festa bonita”, recordou que esteve na festa do Chão Lagoa há cerca de 20 anos, enquanto líder da JSD, assegurando que a sua ausência desde que é presidente nacional do PSD “não tem nada a ver” com as suas divergências com o ex-líder regional social-democrata, Alberto João Jardim.

Depois os dois líderes efectuaram o percurso pelas dezenas de barracas, representativas das 54 freguesias da Madeira, das estruturas do partido e vários comerciantes, espalhadas pelo recinto que servem comes-e-bebes.

A caminhada foi difícil, com muitos empurrões, devido

ao grande número de populares que se aglomerou para ver passar os governantes, ao som de vários grupos que actuaram no recinto e no palco.

Os dois líderes do PSD começaram o percurso na barraca feita com ramos de louro representando a freguesia do Campanário, do concelho da Ribeira Brava, com um brinde feito com a cerveja produzida na Madeira.

Na estrutura vizinha, a da Serra de Água, pertencente ao mesmo município, Passos Coelho ajudou a fazer poncha, usando o tradicional mechelote, distribuindo a bebida pelos copos, com a qual voltou a brindar com Albuquerque, e que foi acompanhada por amendoins.

Ao longo do percurso, o líder nacional provou diversas iguarias culinárias como as lapas e o polvo de escabeche, chegou mesmo a tocar o tradicional brinquinho, o instrumento da música popular madeirense.

Passos Coelho também comprou uma rifa em honra de Nossa Senhora do Monte, a padroeira da ilha da Madeira, e quando questionado se iria pedir um milagre, respondeu: “Faço todos os dias pelo país o que posso”. E acrescentou: “Aquilo que não cabe aos governos, não me cabe a mim pedir, nem prometer. Tenho a certeza que todos trabalhamos para que o futuro seja melhor”. O percurso teve de ser interrompido para acontecerem as intervenções políticas, continuando depois dos discursos o contacto com os populares nas restantes barracas, tendo numa delas encontrado o ex-líder madeirense, Alberto João Jardim.

O líder do PSD abandonou o recinto pelas 16h00, dirigindo-se para o aeroporto da Madeira para prosseguir viagem rumo aos Açores. O ex-líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, marcou presença na festa do parti-



do no chão da Lagoa onde se encontrou com o Primeiro-Ministro, e o actual presidente do governo madeirense. “A minha vinda não tem qualquer intuito político, foi a hora que pude vir. Portanto, não podia deixar de faltar à festa que eu fundei e do partido que eu ajudei a fundar”, declarou o ex-líder social-democrata depois de se encontrar com Passos Coelho e Miguel Albuquerque na barraca da freguesia de Santa Luzia (Funchal), na qual reside.

O ex-líder do PSD/M, que chegou ao recinto depois das intervenções políticas, salientou que “ainda chegou a tempo de conversar” com o Primeiro-Ministro e com o actual presidente do partido na região, recusando revelar o teor da conversa que mantiveram.

Esta concentração popular do partido maioritário na Madeira, implementada pelo então líder regional ao longo de quase quatro décadas, Alberto João Jardim, aconteceu pela primeira vez a 18 de Maio de 1975, no Chão dos Louros. Nos anos seguintes teve como palco outros locais na ilha, como o Paul da Serra, a Fonte do Bispo, o Pico das Pedras, o Fanal e acabou por fixar-se, em 1993, no planalto do Chão da Lagoa, propriedade da Câmara Municipal do Funchal. Desde Julho de 2010 foi transferida para a herdade da Fundação Social Democrata no Chão da Lagoa, sendo tradição acontecer no último domingo de Julho. Apenas em 2012, devido aos incêndios que fustigaram a ilha, e por determinação de Jardim, foi adiada para 9 de Setembro.

Durante muitos anos, foram convidados dirigentes nacionais do partido para participar naquela que é considerada uma das maiores festas populares da Madeira, que, de acordo com a organização, nos últimos anos reuniu cerca de 40 mil pessoas. Assim, no Chão da Lagoa estiveram figuras como Francisco Sá Carneiro, Marcelo Rebelo de Sousa, Durão Barroso, Marques Mendes, além de outros responsáveis sociais-democratas. Estão previstos os discursos do líder da JSD/M, Rómulo Coelho, do presidente do PSD/M, Miguel Albuquerque, e o líder nacional do PSD, Pedro Passos Coelho.

Esta não será a primeira vez que Miguel Albuquerque discursou no Chão da Lagoa, visto que, enquanto presidente da Câmara do Funchal, sempre ousou da palavra. Para a animação musical foram contratados de artistas e grupos madeirenses.

### Liberalização aérea pode ser “gatilho” de impulso na economia açoriana

Em visita aos Açores, o presidente do PSD mencionou que a liberalização das ligações aéreas aos Açores pode constituir “um gatilho” para impulsionar a economia regional e que “não faz sentido” tarifas iguais para residentes nas duas regiões autónomas. “Este novo regime pode ser realmente um gatilho muito importante para um impulso grande de actividade económica em torno da procura turística que dinamizará bastante a economia de toda a região e que pode representar também, do ponto de vista do emprego, uma esperança muito grande”, afirmou Pedro Passos Coelho, em Ponta Delgada, no final de um encontro com hoteleiros da ilha de São Miguel. O presidente do PSD revelou que “as expectativas dos empresários” de São Miguel, para onde as “low cost” começaram a voar no final de Março, “são muito positivas” e o “impacto na economia da região pode ser extremamente sensível se houver uma boa articulação entre todas as entidades”.

Passos Coelho disse estar “convencido” de que “nos próximos anos” haverá um “desenvolvimento muito grande de toda a oferta turística” nos Açores e que pode até, “eventualmente”, aumentar outro tipo de procura que não apenas “o turismo de natureza”, que considerou “o prato forte” do arquipélago.

O presidente do PSD realçou, em respostas a questões dos jornalistas, que o novo modelo de transporte aéreo entre o continente e os Açores resultou de um trabalho conjunto entre o Governo nacional do PSD/CDS e o Governo Regional socialista.

Apesar de estar nos Açores como líder partidário, o também Primeiro-Ministro disse não poder “deixar de sublinhar” a colaboração muito próxima que o executivo nacional teve como o Governo regional. “É assim que deve ser. Temos a obrigação de ter sempre um bom relacionamento, uma boa cooperação entre os governos,

Presidência

quaisquer que sejam as suas extracções partidárias, como não pode deixar de ser. E quando procedemos nestes termos ganhamos todos”, realçou.

Questionado sobre as tarifas máximas nos voos ao continente para residentes nas ilhas, Passos Coelho respondeu que “não faz sentido” a pretensão manifestada nos Açores de os preços serem iguais para as duas regiões autónomas. Passos Coelho reiterou que o cálculo das tarifas é feito em função da distância entre os arquipélagos e o território continental e que, nesse contexto, apesar de as tarifas para os residentes nos Açores serem mais altas, há “uma taxa de esforço” de serviço público “que é equivalente”. “Há absoluta proporcionalidade. A taxa de esforço, em termos de serviço público, de Obrigações de Serviço Público, no caso dos Açores e no caso da Madeira, é exactamente a mesma”, sublinhou, acrescentando que se os valores das tarifas fossem iguais, se criaria uma “discriminação” e, “dando o mesmo, na prática”, que aconteceria era “dar mais a uns do que a outros e isso não poderia acontecer”.

“Recuperação tem de ser para todos”

Em Rabo de Peixe, o líder do PSD afirmou que a nova “fase de recuperação” do país “tem de ser para todos” e que os que vivem em “maior vulnerabilidade” não ficarão esquecidos. “A minha intenção é chamar a atenção para que nesta nova fase que estamos a viver, que é uma fase de recuperação, todos aqueles que estão em áreas de maior vulnerabilidade social e económica saibam que não ficarão esquecidos, que não ficarão para trás neste processo de recuperação que nós estamos a viver”, sublinhou, acrescentando que há hoje no país “um conjunto” de “bolsas muito definidas que precisam de uma atenção das políticas públicas muito particular”.

Passos Coelho chegou a Rabo de Peixe, para levar à população da freguesia, onde reside uma das mais importantes comunidades de pescadores dos Açores, “uma palavra de confiança e de esperança”, acompanhado pela cabeça de lista do PSD pelo círculo dos Açores nas eleições deste ano, Berta Cabral, pelo presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, e pelo presidente da câmara municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, também dirigente social-democrata.

Juntos desceram a rua que liga a igreja da freguesia ao porto de pescas, onde estabeleceram contacto com a população. Passos Coelho ouviu algumas manifestações de apoio, mas também diversas queixas. O presidente do PSD assegurou que “todas as pessoas com incapacidade recebem um apoio da Segurança Social”, acrescentando que “se existe no continente também tem de existir aqui nos Açores”.

Já no porto de pescas, a conversa foi com pescadores e armadores preocupados com a redução das quotas de pesca. “Queremos apanhar peixe na altura certa, que é esta altura, precisamos de apanhar peixe e não nos deixam, está tudo a aguentar os barcos para não ir para o mar”, alertou um armador.

“Vamos recuperar os nossos rendimentos nos próximos quatro anos”

Pedro Passos Coelho defendeu também que os portugueses vão recuperar os seus rendimentos nos próximos quatro anos e que aquilo que o PS propõe é um regresso ao caminho que levou à ‘troika’. “Está nas nossas mãos evitar voltar a passar pelo mesmo. E voltar a passar pelo mesmo é aquilo que nos propõem nesta altura os dirigentes do Partido Socialista. Do nosso lado, a proposta pode-vos parecer modesta, mas garanto-vos que é prudente e é segura. Vamos recuperar os nossos rendimentos nos próximos quatro anos. Este ano, já não há cortes nenhuns nas pensões [inferiores a 4.600 euros]”, afirmou.

Num almoço com militantes e simpatizantes do PSD, o líder nacional sublinhou que o Governo que lidera já iniciou “o caminho de recuperar o rendimento dos funcionários públicos”. “Vamos, em 2016, devolver uma parte da sobretaxa do IRS. Estou convencido de que isso será possível. Mas vamos também, logo nos descontos que são feitos no final do mês, na retenção na fonte, acabar com uma parte da sobretaxa. E em quatro anos, essa sobretaxa vai desaparecer. Mas sobretudo, vamos apos-





tar no investimento. Sem esse investimento nós não conseguiremos crescer sustentadamente nos próximos anos”, acrescentou.

Para o presidente social-democrata, nas eleições deste ano a escolha é entre “dois modelos de crescimento económico radicalmente diferentes” e o que propõe o PS é o mesmo que levou Portugal, em 2011, a ter de chamar a ‘troika’. “É preciso ter consciência de que os socialistas hoje, infelizmente, não aprenderam, ou mostram não ter aprendido nada com o que nos trouxe à crise em 2011”, afirmou, dizendo que para haver “emprego sustentável” não se pode “apenas olhar para o curto prazo”, como fez o PS em 2009, quando baixou impostos e aumentou salários aos funcionários públicos.

Num discurso de mais de meia hora, Passos Coelho reiterou que o Governo actual conseguiu, com “uma determinação muito grande”, cumprir o programa da ‘troika’ e “vencer a crise”, em vez de seguir o caminho, “por exemplo”, da Grécia, “em prejuízo para os gregos”. “[Mas] Se fizemos muitas coisas difíceis para caber no dinheiro que tínhamos, também preparámos reformas muito importantes para crescer no futuro”, acrescentou, realçando que o país está já a crescer e em recuperação e que tem a certeza de que nos próximos anos o resultado será “muito melhor”. “Se conseguimos pôr a economia a crescer e a criar emprego em tempo de vacas magras e com estas dificuldades todas, imaginem o que não conseguiremos em tempos com mais facilidade”,

afirmou, perante centenas de militantes e simpatizantes do PSD, que o receberam na sede da Associação Agrícola da ilha de São Miguel, na Ribeira Grande.

Durante o almoço, Passos Coelho assegurou estar consciente dos problemas que enfrenta o sector do leite e prometeu procurar soluções se continuar à frente do Governo. Respondeu às preocupações que lhe foram manifestadas em relação à queda do preço do leite, sobretudo, num contexto de liberalização do mercado europeu, com o fim das quotas de produção, em Abril passado. E reconheceu que o rendimento dos produtores de leite açorianos será “seriamente afectado” se não houver algum tipo de medidas e disse que é preciso continuar a procurar em Bruxelas apoios de outros países para serem criados preços de referência abaixo dos quais a União Europeia teria de actuar e para que o Banco Europeu de Investimento crie, por exemplo, “linhas de apoio” para períodos de preços “excepcionalmente baixos”.

O presidente do PSD disse ainda que se voltar a Governar o país mudará a legislação que for necessária para criar uma associação interprofissional do sector que possa “defender melhor os seus direitos”. Em resposta ao presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, o presidente do PSD deixou também uma promessa para o caso das contribuições para a segurança social que estão a ser pedidas aos jovens agricultores. Nesse sentido, manifestou “abertura” para a questão ser analisada “rapidamente” por um futuro Governo PSD/CDS,

de forma a “afinar um bocadinho melhor” esta questão, realçando que, no entanto, não será possível “regressar aos 33 euros de antes”.

Neste almoço com centenas de militantes e apoiantes do PSD, discursaram também a cabeça de lista do partido pelo círculo dos Açores, Berta Cabral, e o presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas. Berta Cabral sublinhou que foi o actual Governo PSD/CDS que “salvou Portugal da beira do abismo” a que o conduziu o PS e que os socialistas voltarão a levar o país pelo mesmo caminho se ganharem as eleições.

Já Duarte Freitas referiu que os deputados do PSD que forem eleitos pelos Açores vão apoiar o Governo de Passos Coelho, se este ganhar as eleições, mas que estarão também “100 por cento próximos dos açorianos”. O presidente do PSD/Açores realçou, por outro lado, que é graças a Passos Coelho que o arquipélago vive hoje “outro tempo”, referindo a entrada das ‘low cost’ nas ilhas e a baixa dos impostos na região este ano.

Depois deste almoço e de ter recebido um Registo do Santo Cristo dos Milagres das mãos dos dirigentes da Associação Agrícola de São Miguel, Passos Coelho seguiu para a ilha Terceira.

### PSD lamenta decisão de inconstitucionalidade do enriquecimento injustificado

O Primeiro-Ministro lamentou que o Tribunal Constitucional (TC) tivesse declarado inconstitucionais duas normas do diploma sobre criminalização do enriquecimento injustificado. “Não conheço ainda o acórdão, a única coisa que posso dizer é que tenho pena que não tenha sido possível das várias vezes que o parlamento legislou nessa matéria chegar a uma solução que possa realmente ser uma base efectiva de ter legalmente um instrumento mais forte ao serviço do combate à corrupção”, salientou. O Primeiro-Ministro lamentou que “não tivesse sido ainda possível desta vez encontrar eco no Tribunal Constitucional para que legislação desse tipo possa vigorar em Portugal”.

Por sua vez, a vice-presidente Leal Coelho assegurou, por isso, voltar ao tema da enriquecimento injustificado na próxima legislatura. “Independentemente do resultado das eleições - que creio que vamos ganhar -, apresentaremos um novo projecto de lei com vista à criminalização do enriquecimento ilícito”, declarou a vice-presidente da Comissão Política Nacional, acrescentando que “o país dificilmente entenderá, perante uma desproporção manifesta, por que não se pode perguntar de onde vem um determinado património”. “Aquilo que lhe posso garantir é que, na próxima legislatura, nós continuaremos a trabalhar porque a criminalização do enriquecimento ilícito ou injustificado é para nós um meio muito necessário na ordem jurídica portuguesa no combate à corrupção”, frisou a parlamentar do PSD, destacando que “o combate à corrupção foi e continuará a ser uma prioridade” e, daí, a necessidade de “dotar a ordem jurídica portuguesa dos meios adequadas a esse combate”, frisou Teresa Leal Coelho.

O projecto de lei da maioria foi aprovado em 29 de Maio, apesar dos votos contra de toda a oposição. Sociais-democratas e democratas-cristãos excluíram do texto inicial a expressão “enriquecimento ilícito”, mantendo as molduras penais, de três anos, para a generalidade das pessoas que incorram no crime, e de cinco anos, para os titulares de cargos políticos ou equiparados. O Tribunal Constitucional entendeu que estava em causa a violação dos princípios da legalidade penal e da necessidade de pena e se “contrariou” o princípio da presunção da inocência. “O TC entendeu que a incriminação do ‘enriquecimento injustificado’, tal como feita pelo decreto da Assembleia da República, não só não cumpre as exigências decorrentes do princípio da legalidade penal como, ao tornar impossível divisar qual seja o bem jurídico digno de tutela penal que justifica a incriminação, viola o princípio da necessidade de pena”, lê-se no comunicado distribuído aos jornalistas, após a leitura pública da decisão, que teve como relatora a juíza conselheira Maria Lúcia Amaral.

## Fixar os “bons quadros”

O Primeiro-Ministro assumiu a importância de fixar em Portugal “os bons quadros” existentes e simultaneamente atrair estrangeiros para acrescentar valor, sobretudo na ciência e na investigação. Pedro Passos Coelho falava em Pedrógão Grande, norte do distrito de Leiria, sexta-feira, após a visita a um investimento de dois milhões de euros do grupo Enerpellets. “Temos todo o interesse em que os nossos jovens possam ter oportunidades em Portugal. Se não tiverem no passado, como houve quebra de actividade económica, recessão, desemprego, isso não significa que alguém tivesse a intenção de que as pessoas passassem mal ou tivessem de ir para outro lado”, disse.

O chefe do Executivo afirmou que “agora” há uma “esperança e uma expectativa de futuro muito diferente”. “Felizmente estamos a criar emprego e o caminho é positivo, de recuperação e portanto cada vez mais precisamos de ajudar a fixar os bons quadros que temos, as pessoas com formação, dar-lhes a real oportunidade de ficarem em Portugal e até de atrair outras pessoas”.

Ao longo destes anos, disse Passos Coelho, foi possível ainda assim “reter cientistas que tinham sido formados em Portugal”, além de ter sido possível atrair investigadores de outros países que vieram “acrescentar valor”.

O Primeiro-Ministro afirmou que o Governo se mantém em funções e que nada foi alterado pelo facto de o Presidente da República ter marcado para 4 de Outubro as eleições legislativas. “O Governo está investido de todos os seus poderes até às eleições e não é pelo facto de o Presidente da República ter convocado eleições que isso é alterado. O Governo não está em gestão. Só entrará em gestão depois das eleições”, disse Pedro Passos Coelho.

Já na Sertã, o Primeiro-Ministro salientou que o potencial na área da floresta ainda é grande, apesar de Portugal ser um “território limitado”. Os recursos florestais são limitados, mas ainda há muito investimento a fazer neste sector, designadamente em relação à inovação e ao conhecimento, disse Passos Coelho. “Por melhor que as coisas corram em Portugal, os recursos são exíguos para responder às necessidades do país”, explicou ainda o chefe do Governo, apelando a que se olhe “lá para fora”, sublinhou. O chefe do Executivo falava durante a inauguração do Ser Q - Centro de Inovação e Competências da Floresta, na Sertã, distrito de Castelo Branco.

De acordo com a página da Câmara Municipal, o SerQ pretende ser um polo dinamizador de investimento e criação de emprego na região. É uma estrutura funcional, que alberga três valências distintas mas complementares: espaço de investigação científica da madeira e floresta, espaço FabLab e uma incubadora de empresas. A parte dedicada ao espaço laboratorial/nave de ensaios apresenta soluções óptimas, com hangar, laje de reacção, muro de testes e salas de cura, todos especificamente pensados para criar um bom ambiente científico, diz ainda a autarquia. A estrutura nasceu de uma parceria entre a Câmara, Universidade de Coimbra e Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).





## Presidente da República recebeu o PSD



Uma delegação do Partido Social Democrata constituída pelo Vice-Presidente Coordenador da Comissão Política Nacional (CPN) e porta-voz Marco António Costa, secretário-geral José Matos Rosa, vice-presidente Teresa Leal Coelho e presidente do Grupo Parlamentar Luís Montenegro foi recebida no dia 21 de Julho de 2015, no Palácio de Belém, no âmbito da consulta aos representantes dos partidos políticos com assento parlamentar, com vista à marcação da data das eleições para a Assembleia da República. O Presidente da República anunciou que as eleições legislativas irão realizar-se a 4 de Outubro de 2015.

# WWW.PSD.PT

# Devolução da sobretaxa deve-se à boa execução orçamental



A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, justificou o anúncio da devolução da sobretaxa de IRS, em 2016, com o calendário de execução orçamental e rejeitou que tenha havido uma intenção eleitoralista da parte do Governo. “Entendemos que era mais útil falar nisto já com metade do ano cumprido e com o IRS fechado”, expressou a governante aos jornalistas após uma reunião com a administração da Infra-estruturas de Portugal.

Segundo a ministra, “este é o caminho para o desagravamento fiscal”. De acordo com uma nota enviada à agência Lusa pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o Estado poderá devolver aos contribuintes 100 milhões de euros em crédito fiscal da sobretaxa de IRS em 2016, caso o aumento de 4,2 por cento da receita fiscal proveniente de IRS e de IVA se mantenha no conjunto deste ano. “Caso este crescimento se mantenha até ao final de 2015, o Crédito Fiscal da Sobretaxa será de 19 por cento, o que corresponderá a uma sobretaxa efectiva a pagar pelos contribuintes de 2,8 por cento, em vez de 3,5 por cento previsto na lei”, refere a nota de Paulo Nuncio, que antecedeu a divulgação pela Direcção-Geral de Orçamento da síntese de execução orçamental referente ao primeiro semestre.

Maria Luís Albuquerque confirmou a perspectiva fiscal e acrescentou que passa a existir “uma nova expectativa”, dado que os contribuintes podem acompanhar a evolução da situação fiscal a par das execuções orçamentais.

Por sua vez, o PSD sustentou que, se tudo se mantiver como até agora, será possível parte da sobretaxa de IRS aos portugueses em 2016, mas sugeriu que uma mudança de Governo pode deitar esse resultado a perder. “É possível prever que, se tudo se mantiver como até

agora até ao fim do ano, é possível devolver cerca de 20 por cento da sobretaxa aos portugueses”, declarou o deputado do PSD Duarte Pacheco, na Assembleia da República, subscrevendo o anúncio feito pelo Governo, com base nos dados da execução orçamental do primeiro semestre. “Mostra-se assim que o caminho está a dar resultados. Mas é preciso ter muito cuidado, porque se a credibilidade ou a rota for posta em causa, se houver ziguezagues, tudo pode ser posto a perder. É este cuidado que os portugueses devem ter e pensar bem no futuro”, advertiu.

Questionado se estava a sugerir que uma mudança de Governo pode pôr em causa a eventual devolução de parte da sobretaxa de IRS, Duarte Pacheco confirmou: “As previsões para alguns países eram de crescimento económico, alteraram o Governo, houve muitas hesitações, e voltaram à recessão. É isto que não pode acontecer em Portugal”. Contudo, não quis dar por “garantida” a devolução agora anunciada em caso de vitória da coligação PSD/CDS-PP nas legislativas: “Garantidas há muito poucas coisas na vida”, afirmou.

Depois de defender que “os dados da evolução deste primeiro semestre de 2015 mostram que Portugal está no caminho certo”, Duarte Pacheco fez um apelo aos partidos da oposição para que não procurem “desmoralizar os portugueses nem a economia portuguesa”. “Podem lamentar que os resultados não sejam melhor, mas pelo menos não desvalorizem aquilo que Portugal está a alcançar. Isso era um sinal de patriotismo que eu gostava que a oposição tivesse no nosso país”, insistiu. Quanto aos dados do primeiro semestre, o deputado do PSD referiu que “há uma diminuição dos pagamentos em atraso, e há um aumento da receita fiscal, quer nos impostos directos, quer nos impostos indirectos”, o que

indica “que a economia está a reagir bem e que o combate à fraude e evasão fiscal está a ser eficaz”.

Duarte Pacheco salientou ainda a “redução do défice das administrações públicas” e o “crescimento do excedente primário”. Interrogado sobre as previsões para a execução orçamental no resto do ano, o deputado do PSD respondeu: “Aquilo que nós podemos esperar do segundo semestre é que a evolução possa decorrer, pelo menos, tão positiva como a do primeiro semestre. E se isso assim for, pela primeira vez na história, o aumento da receita fiscal não é guardado pelo Estado para fazer mais despesa, mas é devolvido aos cidadãos”.



# Renovação de 70 por cento dos cabeças de lista às eleições legislativas



Os cabeças de lista da coligação “Portugal à Frente”, escolhidos pelo presidente do PSD, foram divulgados na segunda-feira. Em declarações à Lusa, o secretário-geral do PSD destacou a renovação de aproximadamente 70 por cento dos cabeças de lista e assinalou também o facto de haver 32 por cento de mulheres. José Matos Rosa lembrou que, “nos termos do acordo de coligação” com o CDS-PP, “cabia ao PSD indicar os cabeças de lista” da candidatura conjunta. No último Conselho Nacional do PSD, ficou expresso que essa escolha seria “da responsabilidade do presidente do partido”.

Os cabeças de lista para as eleições legislativas são:

**Aveiro:** Luís Montenegro

Primeiro nome CDS-PP: João Almeida

**Beja:** Nilza Sena

**Braga:** Jorge Moreira da Silva

**Bragança:** Adão Silva

**Castelo Branco:** Manuel Frexes

**Coimbra:** Margarida Mano (Independente)

**Évora:** António Costa da Silva

**Faro:** José Carlos Barros (Independente)

**Guarda:** Carlos Peixoto

**Leiria:** Teresa Morais

Primeiro nome CDS-PP: Assunção Cristas

**Lisboa:** Pedro Passos Coelho

Número 2 da Lista: Paulo Portas

**Portalegre:** Cristóvão Crespo

**Porto:** José Pedro Aguiar-Branco

Número 2 da lista: Marco António Costa

Primeiro nome CDS-PP: Pedro Mota Soares

**Santarém:** Teresa Leal Coelho

**Setúbal:** Maria Luís Albuquerque



**Viana do Castelo:** Carlos Abreu Amorim (Independente)

**Vila Real:** Luís Ramos

**Viseu:** António Leitão Amaro

**Europa:** Carlos Gonçalves

**Fora da Europa:** José Cesário

**Açores:** PSD: Berta Cabral

Coligação CDS-PP/PPM: Félix Rodrigues

**Madeira:** PSD: Sara Madruga da Costa

CDS-PP: José Manuel Rodrigues



# Governo transfere competências para 34 municípios



O Governo concluiu negociações com 34 municípios que vão receber competências nas áreas da educação, saúde e cultura a partir de Setembro, anunciou o ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro. No caso da educação, os projectos-piloto celebrados devem ser publicados durante esta semana no Diário da República (DR), para entrarem em vigor no próximo ano lectivo de 2015/2016, enquanto nos casos da saúde e da cultura “os contratos encontram-se em fase de aprovação interna nos órgãos das entidades autárquicas (que se prevê até ao final do Verão), entrando em vigor à medida que cada um for publicado” em DR. Além destes, decorrem ainda negociações com mais quatro municípios com vista à descentralização de competências.

No final de uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Territorial, que agrega membros do Governo e de autarquias, Poiães Maduro esclareceu que a descentralização nestas áreas decorrerá através de projectos-piloto celebrados com os municípios, que vão decorrer de forma faseada e que poderão gradualmente alargar-se a todos os municípios do país.

Na área da saúde há um total de 19 municípios que vão receber competências: oito câmaras e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, que agrega 11 municípios. Nesta área não haverá transferência do pessoal actualmente ao serviço, mas as câmaras vão poder gerir equipamentos e infra-estruturas, definir estratégias municipais ou intermunicipais de saúde, ajustar horários de centros de saúde, tratar dos transportes de utentes não urgentes e promover acções de prevenção de saúde.

Esta é a área que o presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Manuel Machado, considera mais complicada. “É uma questão especialmente sensível e não conhecemos nenhum dado, nenhum estudo que aponte para a virtude de pulverizar as responsabilidades na área da Saúde”, referiu Manuel Machado, acrescentando que “é uma das áreas em que os municípios têm de avaliar com extremo cuidado aquilo em que se vão meter”.

Na área da educação, na qual grande parte dos municípios já assegura tarefas, serão “ainda esta semana publicados em Diário da República os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados com

15 municípios”, que entrarão em funcionamento já no próximo ano lectivo. São eles os municípios de Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Maia, Matosinhos, Melalhada, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão.

Além de definir o plano estratégico educativo municipal, estes municípios vão poder ajustar calendários e horários escolares, gerir processos de matrícula e colocação de alunos, definir números de turmas e número de alunos por turma e ajustar os currículos localmente, por exemplo.

Também farão a gestão e o recrutamento do pessoal não docente do básico ao secundário (os professores mantêm-se no Ministério da Educação), a organização de disciplinas de base local, e de programas de combate ao abandono e ao insucesso escolar.

“Na área da Cultura é transferida para os municípios (Aveiro, Cascais, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Estremoz, Guarda e Nazaré) a gestão de diversos equipamentos culturais nos quais se incluem Museus, Fortes, um Castelo e um Complexo de Ruínas Romanas”, esclareceu o executivo.

# Portugal e Roménia estudam novas áreas de cooperação militar



O ministro da Defesa Nacional afirmou, dia 21, em Monte Real, Leiria, onde esteve com o seu homólogo romeno, que a ciberdefesa e as indústrias da defesa são novas áreas com potencial de cooperação com a Roménia. “Tivemos a possibilidade, no nosso encontro bilateral, de passar em revista o estado do relacionamento desta cooperação entre Portugal e a Roménia, e também tivemos a possibilidade de identificar novas áreas com potencial para serem trabalhadas em conjunto, como por exemplo ao nível da ciberdefesa e das indústrias de defesa”, afirmou José Pedro Aguiar-Branco.

O governante referiu que há áreas “onde se pode intensificar esta cooperação para além do projecto dos F-16 que, correndo bem, reforça os níveis de confiança” para se ir ao “encontro de outras áreas de actividade em benefício da defesa dos dois países”.

Aguiar-Branco falava numa conferência de imprensa onde se fez acompanhar do ministro da Defesa da Roménia, após uma reunião bilateral que decorreu na base aérea n.º 5, onde estão estacionadas 12 aeronaves F-16 que vão servir a Força Aérea Romena.

Na ocasião, o ministro da Defesa Nacional adiantou que foi acordada a criação de “uma comissão mista bilateral que deverá ser constituída até ao final deste ano para poder, precisamente, fazer a avaliação de projectos noutras áreas que podem ser desenvolvidos entre os nossos dois ministérios”. Aguiar-Branco explicou que no decurso da reunião, que antecedeu uma visita à base aérea e um encontro com pilotos romenos que se encontram em formação em Monte Real, se abordou, igualmente, da actuação dos dois países no seio da NATO - Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN, na sigla em inglês).

O responsável recordou que Portugal “participou com



quatro aeronaves F-16 e cerca de 90 militares nos esforços de policiamento aéreo na Roménia entre maio e Junho deste ano como parte das medidas de tranquilização da NATO”, tendo sido “possível executar 197 saídas de voo, das quais quatro foram reais, e cumprir cerca de 311 horas de voo”.

O ministro referiu ainda que actualmente uma fragata portuguesa está a comandar a força naval da NATO que “tem estado empenhada no mar Negro”, acrescentando ter informado o seu homólogo que, no âmbito do

enquadramento da relação entre os dois países, Portugal “vai ter um adido militar não residente, o que permitirá estreitar e colaborar de forma mais eficiente as relações na área da defesa”.

Já o ministro da Defesa da Roménia, Mircea Dusa, que efectuou uma visita oficial de dois dias a Portugal, definiu como “excelente” a cooperação bilateral entre os dois países.

## Fraudes na saúde retiram recursos essenciais aos utentes

O Ministério da Saúde enviou para investigação nos últimos três anos 416 processos no âmbito do combate à fraude, que equivalem a um montante superior a 370 milhões de euros. Os dados foram revelados em Lisboa por responsáveis de organismos do Ministério da Saúde, que fizeram um balanço do que foi o combate à fraude na área da saúde, com as situações detectadas a envolverem maioritariamente prescrição de medicamentos para obtenção das comparticipações, relações promíscuas entre farmacêuticos e médicos e a contrafacção de receitas por parte do próprio utente.

Segundo os números apresentados, entre Setembro de 2012 e maio de 2015 foram tratados e enviados para investigação 416 processos, num valor total de 372 milhões de euros.

No final da sessão, o ministro da Saúde admitiu que o montante da fraude na saúde possa ser superior e chegar aos 6 por cento do total da despesa na área, como indicam estimativas internacionais.

Da actividade recente de combate à fraude no Ministério, Paulo Macedo destacou que têm sido detectados um número menor de prevaricadores mas com valores mais significativos. "Temos menos pessoas a criar mais danos. Há uma maior sofisticação", sintetizou o ministro.

Paulo Macedo acredita que não há mais fraude, mas antes que a sua detecção aumentou, nomeadamente graças a uma maior informatização e sistematização da informação, aliada à disponibilidade da Polícia Judiciária e do Ministério Público.

Exemplo disso é a quantidade de despesa da saúde que o Ministério consegue controlar através de processos electrónicos: em 2010 controlava cerca de 180 milhões de euros e actualmente já controla mais de dois mil milhões.



Os 416 processos enviados para investigação entre 2012 e 2015 resultaram da análise sobre 330 prescritores de facturas, 140 prestadores de serviços e dois utentes. Do total, Polícia Judiciária, Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e Inspecção-geral das Actividades em Saúde levantaram 60 processos.

O ministro da Saúde sublinhou que a fraude na saúde "retira uma quantidade significativa de recursos que poderiam ser aplicados na parte assistencial e em mais investimento."

## Monumentos recebem mais 10 por cento de visitantes

Os museus, palácios e monumentos nacionais receberam cerca de 1,8 milhões de visitantes no primeiro semestre de 2015, traduzindo-se num aumento de 10 por cento em comparação com o mesmo período de 2014, segundo as estatísticas oficiais divulgadas. De acordo com os dados da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), os 23 espaços culturais sob a sua tutela receberam um total de 1.851.000 visitantes no primeiro semestre de 2015, e no mesmo período de 2014 foram 1.681.036. Por grupos, os monumentos registaram a maior subida, de 15,7 por cento, para 1.087.372 visitantes, seguindo-se os palácios, com um aumento de 12,4 por cento, para 183.381, e os museus, com mais 0,3 por cento, para 580.050.

Os aumentos mais significativos nas entradas revelam-se, segundo as tabelas divulgadas, revelaram-se no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa (42,6 por cento), no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra (39,4 por cento), no Convento de Cristo, em Tomar (25,9 por cento) e no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa (19,8 por cento).

Globalmente, os espaços que registaram mais entradas no primeiro semestre de 2015 foram o Mosteiro dos Jerónimos (441.345), a Torre de Belém (285.815), ambos em Lisboa, seguindo-se o Palácio Nacional de Mafra (152.068), o Mosteiro da Batalha (135.176) e o Museu Nacional dos Coches, em Lisboa (120.348).

Quanto à variação dos visitantes nacionais e estrangeiros, houve aumentos de entradas de estrangeiros nos monumentos, museus e palácios. Os portugueses visitaram também mais os monumentos e palácios, mas diminuíram as entradas nos museus.



# Conselho de Ministros de 23 de Julho de 2015

**1.** O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico das caixas económicas.

A revisão do enquadramento legal das caixas económicas visa, assegurando os propósitos intrinsecamente assistencialistas, fortalecer o respectivo modelo de governação, definir os moldes em que podem desempenhar a respectiva actividade, definir a sua natureza e relação com a respectiva instituição principal e clarificar o seu enquadramento no sector em que se inserem.

O diploma agora aprovado determina a classificação das caixas económicas em duas modalidades, caixas económicas anexas e caixas económicas bancárias, atendendo ao respectivo volume de activos.

A divisão das caixas económicas nas duas modalidades consagra a diferença, perante o mercado e os consumidores, de actuação e posicionamento no sector bancário entre as caixas económicas que pretendem exercer uma actividade bancária delimitada nos termos do presente diploma e aquelas que pretendam actuar sob uma licença de actividade bancária universal e de forma muito similar aos bancos.

Considerando que as caixas económicas são instituições de crédito, afigurou-se também necessário reforçar as regras de governo interno que lhes são aplicáveis, clarificando quais os modelos de governação societária que podem ser adoptados e a aplicabilidade dos preceitos do Código das Sociedades Comerciais em matéria de eleição, composição e funcionamento dos respectivos órgãos sociais.

**2.** O Conselho de Ministros aprovou a selecção do proponente que irá adquirir as acções representativas de até 100% do capital social da CP Carga, Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., as quais constituem objecto da venda directa de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa.

Da análise do relatório elaborado pela CP, E.P.E., e por esta enviado ao Governo, verificou-se que a apreciação dos proponentes e das respectivas propostas vinculativas melhoradas e finais, conduz à selecção da MSC Rail (Portugal) Operadores Ferroviários, S.A., para a aquisição das acções representativas de até 100% do capital social da CP Carga, S.A., atento:

- O maior mérito destacado da respectiva proposta final, em especial no que respeita à qualidade e credibilidade do projecto estratégico apresentado;
- O valor inerente à proposta financeira global;
- E o reforço da capacidade económico-financeira e estrutura de capital da CP Carga, S.A..

De forma a reforçar a absoluta transparência do processo de reprivatização, o Governo decidiu colocar à disposição do Tribunal de Contas todos os elementos informativos respeitantes aos procedimentos adoptados no âmbito da referida operação.

**3.** O Conselho de Ministros decidiu não aceitar a proposta apresentada para adjudicação da privatização da EMEF, Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., dando por sem efeito a operação em curso.

**4.** O Conselho de Ministros aprovou o quadro de funcionamento do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020).

Este quadro de funcionamento assenta numa estrutura de missão a quem compete o exercício das funções de gestão do IFRRU 2020 para a reabilitação urbana e revitalização urbanas no âmbito do Portugal 2020.

O quadro de funcionamento garante o acompanhamento técnico, nas fases de constituição e de implementação do IFRRU 2020, mantendo-se uma estreita articulação com as autoridades de gestão dos programas operacionais, demais entidades financiadoras e promotores das operações de reabilitação urbana.

**5.** O Conselho de Ministros aprovou a criação do Instrumento Financeiro para a Energia no âmbito do Portugal 2020, designado por IFE2020.

O IFE2020 permite otimizar as condições de alavancagem dos recursos públicos através da mobilização

de recursos privados e de instituições financeiras, bem como estimular a criação de subfundos retalhistas regionais ou de âmbito nacional, respondendo assim à necessidade de maximizar os apoios financeiros para acções na área da energia.

**6.** O Conselho de Ministros aprovou um diploma que regulamenta o regime jurídico da identificação criminal recentemente aprovado por lei da Assembleia da República.

Com esta decisão, são concentradas num único diploma todas as normas necessárias à regulamentação dos princípios gerais da organização e do funcionamento da identificação criminal, estabelecendo as regras relativas à transmissão da informação aos serviços de identificação criminal, à organização do sistema de informação de suporte ao registo dessa informação e à concretização do acesso à mesma por quem possua legitimidade para tal.

No mesmo sentido, o diploma agora aprovado consagra o Sistema de Informação de Identificação Criminal (Sicrim) como o sistema informatizado de suporte ao funcionamento dos serviços, nele se concretizando as regras de organização dos diversos registos que a lei estabelece.

A organização e o funcionamento do Sicrim são da responsabilidade da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

**7.** O Conselho de Ministros aprovou o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, e respectivo equipamento.

Este diploma visa clarificar e actualizar alguns aspectos do Regulamento de forma a melhor salvaguardar a protecção da saúde e segurança das crianças e dos jovens utilizadores dos espaços de jogo e recreio.

É estabelecido um princípio de segurança geral e reforçada a manutenção e a fiscalização dos espaços de jogo e de recreio, prevendo-se agora o desenvolvimento de um registo electrónico dos espaços de jogo e recreio que se encontrem em funcionamento, com informação, designadamente, sobre os respectivos resultados das acções de fiscalização e os acidentes ocorridos.

**8.** O Conselho de Ministros aprovou o novo regime de autorizações para plantações de vinhas aplicável no período de 1 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2030.

No âmbito deste novo regime, foi estabelecido um quadro regulamentar aplicável à concessão de autorizações para novas plantações e replantações de vinha, nos termos do Regulamento da União Europeia que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas para os Estados-Membros.

**9.** O Conselho de Ministros aprovou a alteração das medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal, para abastecimento de centrais dedicadas a biomassa florestal.

Esta alteração alarga os prazos anteriormente previstos, bem como a integração parcial, total ou redistribuição das potências atribuídas e ainda não instaladas, para efeitos de acesso ao incentivo à construção e exploração das referidas centrais.

**10.** O Conselho de Ministros aprovou a revisão das carreiras do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.), e a criação da carreira de técnico superior especialista em estatística do INE, I.P.

A carreira especial de técnico superior especialista em estatística do INE, I.P., é criada num contexto de valorização das actividades de elevada criticidade e complexidade da Administração Pública.

**11.** O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia que actualiza o Regulamento do Controlo Metrológico de Alcoómetros e Areómetros para Álcool, o Regulamento do Controlo Metrológico dos Instrumentos de Medição da Massa

por Hectolitro CEE dos Cereais e ainda a fórmula geral para o cálculo dos valores das tabelas alcomométricas internacionais para misturas de etanol e água.

Estas actualizações visam acompanhar o progresso técnico e a inovação dos instrumentos abrangidos pelas directivas.

**12.** O Conselho de Ministros aprovou a inclusão do Sítio Banco Gorringe, situado a sudoeste do cabo de S. Vicente, na Lista Nacional de Sítios.

Esta inclusão é justificada pela relevância que o Banco Gorringe assume para a conservação dos valores protegidos pela Directiva Habitats da União Europeia.

A inclusão deste novo Sítio com cerca de 2288 mil ha, em área exclusivamente marinha vem assegurar uma melhor representatividade dos valores naturais aos níveis nacional, europeu e biogeográfico, contribuindo para completar a Rede Natura 2000 em Portugal, e em particular no meio marinho.

**13.** O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Turquia relativo à Protecção Mútua de Informação Classificada e assinado, em Lisboa, por ocasião da I Cimeira Intergovernamental Portugal-Turquia.

Este acordo visa garantir a segurança da informação e materiais classificados trocados ou originados em actividades de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Turquia, representando um contributo importante para o reforço das relações bilaterais entre ambos os Estados.

**14.** O Conselho de Ministros aprovou o Protocolo de Aplicação entre a República Portuguesa e a República da Sérvia respeitante ao Acordo entre a Comunidade Europeia e a República da Sérvia Relativo à Readmissão de Pessoas que residem sem Autorização.

O Protocolo tem como objectivo facilitar, numa base de reciprocidade, procedimentos rápidos e eficazes de identificação e repatriamento ordenado de pessoas que não preencham, ou deixaram de preencher, as condições legais em vigor para a entrada ou permanência nos territórios das Partes.

**15.** O Conselho de Ministros autorizou a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana à realização de despesa para aquisição de serviços de limpeza, com recurso ao acordo quadro celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

A autorização reporta ao período de 2016 e 2017, com possibilidade de renovação para 2018, no valor total de aproximadamente 19,9 milhões de euros para os três anos.

**16.** O Conselho de Ministros autorizou o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., (IEFP, I.P.) a realizar a despesa relativa à aquisição de serviços de refeições confeccionadas para os anos de 2016 e 2017. Esta autorização no valor total de aproximadamente 8,5 milhões de euros, visa garantir a contratação de serviços de refeições confeccionadas para os refeitórios das unidades orgânicas das delegações regionais e dos serviços centrais do IEFP, I.P., ao abrigo do acordo quadro celebrado entre a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., e os vários prestadores qualificados.

**17.** O Conselho de Ministros aprovou a designação do presidente e do vice presidente do conselho de administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, a designação do conselho de administração da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, bem como a designação de um vogal do conselho de administração da Autoridade Nacional de Comunicações e de um vogal para o conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.. Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção da Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

# PS revela desorientação

O grupo parlamentar do PSD/Açores critica “a incoerência e a desorientação socialista, que, uma vez mais, se manifestaram, agora através da sua candidatura açoriana às eleições legislativas, defendendo a revogação do regime de IVA em vigor para o sector da hotelaria, restauração e similares”, expressou o deputado António Marinho. “Com efeito, os açorianos foram novamente enganados, pois em Abril, e aquando da descida de impostos nos Açores, resultante da reposição do diferencial fiscal possibilitada pela abertura do Governo da República, o Governo socialista açoriano teve a grande oportunidade para satisfazer os anseios do sector”, explica o social-democrata.

“Bastaria ter aplicado os 30 por cento de redução, que haviam sido repostos, a todas as taxas do IVA. Lamentavelmente, não o fez”, diz António Marinho, frisando que o governo regional “aplicou a redução máxima apenas às taxas reduzida e intermédia, optando por não mexer na taxa normal. Manteve, assim, a taxa aplicável à hotelaria, restauração e similares, que agora quer baixar”.

“O Governo açoriano gorou as expectativas das empresas que exercem actividade no sector. E preferiu não contribuir para a melhoria do poder de compra das famílias açorianas, no que a essas actividades diz respeito”, adianta o deputado do PSD/Açores.

“Quando teve a possibilidade de melhorar as condições das empresas açorianas de restauração e hotelaria, o Governo Regional optou por guardar para si mais uns milhares de euros. Negando a essas empresas a abertura de um horizonte de esperança que seria vital para a sua sobrevivência”, diz António Marinho.

“O dinheiro nos cofres do governo foi privilegiado em detrimento do estímulo a uma melhor saúde das empresas e ao acesso das famílias a produtos menos onerosos”, acrescenta.



“Agora, e em pré-campanha eleitoral para a Assembleia da República, os candidatos socialistas vêm exigir que um Governo da República faça o que o Governo Regional socialista não quis fazer”. “Ou seja, candidatos e governo Regional não se entendem. Uns dizem uma coisa, o outro faz o contrário. Revelam desorientação e uma ma-

nifesta incoerência”, critica o parlamentar, para quem “o que se diz não pode ser o oposto daquilo que se faz. E os políticos, em particular, devem ser escrupulosamente respeitadores desse princípio”, referiu António Marinho.

# Companhias aéreas de baixo custo irão melhorar a mobilidade interna

O candidato do PSD/Açores à Assembleia da República, António Ventura, considera que a vinda de companhias aéreas “low cost” para a ilha Terceira “será positiva para a economia local, mas é igualmente boa para a economia regional. Temos é de ter bons transportes aéreos e marítimos interilhas para usufruir dessa nova vantagem para a nossa economia”, alertou. “Essa nova realidade vai obrigar o Governo Regional a melhorar toda a mobilidade interna, de forma a servir em condições não apenas os açorianos mas também quem nos visita”, afirmou o candidato, após uma visita ao Hotel Teresinha, na Praia da Vitória.

“Sem essa vertente interna da mobilidade melhorada, não será possível aproveitar toda a dimensão da vinda das ‘low cost’. É preciso um reforço e são precisos melhores horários da SATA, mas também uma melhor articulação dos transportes marítimos no arquipélago”, defendeu António Ventura. “O secretário de Estado Adjunto e da Economia, que esteve ontem na Terceira, voltou a confirmar o anúncio feito pelo presidente do PSD/Açores de que as companhias ‘low cost’ vão voar para a Terceira, e ainda este ano”, lembrou António Ventura. “Esta é a segunda vez que o governo da República confirma essa situação, o que vem reforçar e enaltecer os esforços feitos por Duarte Freitas, e pelo próprio Primeiro-Ministro, nesse sentido”, reforçou o candidato.



Número 622 • 6 DE AGOSTO de 1986 • Preço 30000

# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

## Cavaco Silva à RTP

# VAMOS CONTINUAR COM A MESMA VONTADE A MESMA DETERMINAÇÃO, O MESMO RIGOR

• **O Governo não se vai embora, queremos é cumprir o nosso programa**

O Governo não se vai embora, não se demite. Esta uma das afirmações categóricas do Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva na entrevista que concedeu ao jornalista Maurício de Carvalho, do Telejornal na passada semana. Referindo-se à opção do seu Governo, Cavaco Silva afirmou: «Naquilo que depende de nós, temos vindo a cumprir, mas é o Povo Português que terá que julgar a nossa acção.

Jornalista — O Governo está longe no entanto de ter cumprido tudo o que prometeu. As principais reformas estruturais não foram realizadas. Eu dou-lhe apenas dois exemplos: a reforma agrícola e as leis laborais.

Cavaco Silva — É um facto que alguns partidos de oposição impediram a aprovação de leis que consideramos importantes para o país e para os portugueses. Em leis que visavam modernizar a economia portuguesa, desenvolver mais rapidamente o país, aumentar a produção no sector agrícola, dar estabilidade a quem trabalha a terra, proteger os pequenos e médios agricultores. Em leis que visavam criar condições para surgirem mais rapidamente novos postos de trabalho; dar estabilidade a quem tem um posto de emprego; criar mais riqueza, no fundo, melhorar as condições de vida da população. E há uma lei muito importante que foi rejeitada. Era uma lei que se dirigia à garantia da segurança das pessoas e dos bens e criar condições mais eficazes para combater a criminalidade.

Jornalista — Sr. Primeiro-Ministro, mas o seu Governo é minoritário. Não acha que se queria ver es-

sas leis aprovadas, devia negociar mais a melhor?

Cavaco Silva — O Governo tem dialogado com os partidos democráticos. Não corresponde à verdade afirmações que são feitas na praça pública, de que o Governo recusa o diálogo. Os partidos fazem isso por mera propaganda política, depois, quando nós vamos falar com eles, sentem-se mesmo algo incomodados, por quisermos dialogar. Agora há um ponto que eu gostaria de salientar. É que, contra estas leis sempre esteve o Partido Comunista, e não é de agora, desde sempre. São questões de cunho político e de cunho ideológico que nada tem a ver com os superiores interesses do país.

Jornalista — Mas não foi só o Partido Comunista que rejeitou essas leis.

Cavaco Silva — O que surpreende é que alguns partidos democráticos se tenham deixado impressionar pela argumentação do Partido Comunista, o que nós queremos é cumprir o nosso programa e não fugimos às dificuldades. Nós lutamos por fazer aquilo que prometemos aos portugueses.

Jornalista — Mas com todos esses avisos da oposição, o Sr. Primeiro-Ministro não acha que em a al-

tura de negociar de uma forma diferente com esses partidos democráticos? Enfim, poderia-se chegar inclusivamente a acordos de incidência parlamentar ou governamental?

Cavaco Silva — Os próprios partidos disseram várias vezes que não estavam interessados em participar no Governo e em acordos de incidência parlamentar.

Jornalista — Mas então Sr. Primeiro-Ministro, se os partidos da oposição não mudarem de estratégia, o Sr. demite-se?

Cavaco Silva — O Governo não se vai embora; o Governo não foge às dificuldades; somos o Governo legítimo de Portugal; ganhámos as últimas eleições, o que nós queremos é cumprir o nosso programa.

Jornalista — Sr. Primeiro-Ministro, mas nessa estratégia, o seu Governo vai estar sempre em conflito com o Parlamento, onde o Sr. não tem a maioria absoluta.

Cavaco Silva — O Governo tem feito aquilo que dele depende, temos cumprido nesse aspecto integralmente, e quero-lhe também dizer que algumas leis que têm que ser votadas pelo Parlamento, foram votadas favoravelmente. Em leis que não tinham grande cunho político, e por isso foram aprovadas. Acentuou recentemente em relação a leis no domínio do sector da Justiça, como por exemplo, a penalização de todos aqueles que praticam o crime de fogo posto. Mas eu quero-lhe dizer uma coisa, é

que estes obstáculos que nos têm sido criados pela oposição, atacam um pouco a resolução de alguns problemas do país. O desenvolvimento do país não é tão rápido quanto nós desejáramos. A aproximação ao desenvolvimento dos outros países da Europa não é tão rápida quanto nós gostaríamos, mas não é nossa a culpa, sabe bem que não é nossa a culpa.

Agora, o que eu lhe quero garantir é que nós vamos continuar com a mesma vontade, a mesma determinação, o mesmo rigor. E o que é que procuramos fazer? Procuramos tomar as dificuldades que nos procuram criar, e é por isso que agora apesar de tudo, o país está a andar para a frente, as pessoas sentem que a crise foi vencida, as condições são melhores. É assim que nós vamos continuar.



## INTERPRETAÇÃO DOS ESTATUTOS E INTEGRAÇÃO DAS SUAS LACUNAS

— pareceres vinculativos  
do Conselho de Jurisdição Nacional

(Pág. 4)

## Povo livre

Em consequência do período de férias, «Povo Livre» suspende este mês a sua publicação, apenas voltando a publicar-se na quarta-feira, dia 3 de Setembro.

A todos os leitores desejamos boas férias.

## UTILIZAÇÃO DE MEIOS AÉREOS NOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

— artigo de António Penaguão na pág. 12

# Redes de conhecimento

Jaime Quesado (\*)

A mensagem que vem de Bruxelas é muito clara – só com uma aposta séria em novas redes de conhecimento será possível desenvolver uma economia inteligente, com efeitos no mercado. Portugal está nesta rota e importa mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional. Numa época de crise complexa, o objectivo das novas redes de inovação e competitividade implica uma mobilização das competências nacionais para uma nova agenda. O futuro de Portugal faz-se com os portugueses e é essa a mensagem central que importa deixar nestes tempos de crise. A economia portuguesa está claramente confrontada com um desafio de crescimento efectivo e sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma “economia interna” de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum “crescimento artificial” baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro. Portugal precisa efectivamente de potenciar a sua presença activa nas redes internacionais de inovação e competitividade, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos “Pólos de Competitividade” em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para captação de “IDE de Inovação”.

O Investimento Directo Estrangeiro desempenha neste contexto um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do “IDE de Inovação” associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (empresas-líderes, universidades, centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



[WWW.PSD.PT](http://WWW.PSD.PT)

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Anadia, para reunir no próximo dia 04 de Setembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na Casa do Povo de Vilarinho do Bairro, sita na Rua da Vila - Vilarinho do Bairro, com a seguinte, Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação, discussão e votação das contas relativas aos anos de 2012 a 2014
- 2 - Análise da situação político-partidária



### BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia do Barreiro, para reunirem no dia 6 de Setembro de 2015, pelas 21h00, na sede do PSD Barreiro sita na Rua de Trás os Montes, nº4B, 2830 Barreiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto único:** Eleição da Mesa de Assembleia e Comissão Política Concelhia.

#### Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia da JSD Distrital de Setúbal, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 21h00 e as 23h00.

### REGULAMENTO INTERNO JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

#### Preâmbulo

Dando cumprimento à alínea i) do artigo 65º dos Estatutos Nacionais da JSD, vem a JSD Distrital Castelo Branco apresentar o seu regulamento interno.

O presente regulamento incorpora as diretrizes da Moção Estratégica Global aprovada no III Congresso Distrital realizado em Oleiros no dia 1 de maio de 2015, nomeadamente o alargamento do direito de voto nas Reuniões da Comissão Política Distrital, implementação do cargo de Responsável Administrativo e Financeiro e a descentralização das reuniões.

A implementação do presente regulamento, tornará a estrutura distrital da JSD mais plural, dinâmica e acima de tudo mais próxima das pessoas, passando à prática a tão desejada abertura da estrutura à sociedade civil.

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1º (Definição e composição)

- 1 - A Juventude Social Democrata Distrital de Castelo Branco (JSD Distrital Castelo Branco), é a estrutura a nível regional da Juventude Social Democrata

(JSD) circunscrita ao distrito de Castelo Branco e que compreende os concelhos de Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

- 2 - A JSD Distrital Castelo Branco é composta pelo Conselho Distrital e pela Comissão Política Distrital (CPD).

#### Artigo 2º (Princípios Fundamentais)

- 1 - O presente regulamento rege-se pelos Estatutos e demais regulamentos da JSD Nacional, em nada podendo ir contra o que neles é estipulado nos seus princípios fundamentais.
- 2 - Participam nas reuniões dos órgãos da JSD Distrital Castelo Branco todos os membros eleitos, sejam efetivos, suplentes ou nomeados.
- 3 - O direito de voto nos órgãos da JSD Distrital Castelo Branco é alargado a todos os membros que os compõem.
- 4 - As reuniões e as atividades da JSD Distrital Castelo Branco serão, sempre que possível, descentralizadas, não devendo haver duas reuniões seguidas do mesmo órgão na mesma zona do Distrito.
- 5 - As reuniões da JSD Distrital Castelo Branco serão, sempre que possível, públicas, podendo ser abertas à participação de todos os militantes e simpatizantes da JSD, que expressem claramente essa vontade, de forma a promover a participação cívica dos jovens.

### TÍTULO II DOS ÓRGÃOS

#### CAPÍTULO I CONSELHO DISTRITAL

##### Artigo 3º (Definição e Competências)

O Conselho Distrital é a Assembleia representativa de todos os militantes da JSD inscritos no Distrito de Castelo Branco, competindo-lhe:

- a) Aprovar anualmente o Orçamento, o Plano e Relatório de Atividades e o Relatório e Contas da CPD, de acordo com o Regulamento Financeiro;
- b) Propor ao Conselho Nacional os candidatos a deputados da JSD pelos círculos eleitorais cuja área se integre maioritariamente na respetiva Região;
- c) Apreciar e discutir a situação geral e local, bem como a atividade da JSD e do PSD;
- d) Eleger os delegados à Assembleia Distrital do PSD, não tendo estes que ser, obrigatoriamente, membros do Conselho Distrital;
- e) Eleger se for caso disso, os delegados ao Congresso do PSD;
- f) Aprovar o local, data, horário e regulamento do Congresso Distrital;
- g) Aprovar a realização de referendos internos de âmbito distrital;
- h) Eleger o substituto de qualquer dos titulares de órgãos distritais da JSD, em caso de vacatura ou de impedimento prolongado;
- i) Apreciar e votar o Regulamento Interno da JSD Distrital Castelo Branco.

##### Artigo 4º (Mesa)

- 1 - A Mesa do Conselho Distrital é a Mesa do Congresso Distrital.
- 2 - Compete à Mesa do Conselho Distrital:
  - a) Convocar o Conselho Distrital e dirigir os seus trabalhos e praticar os atos respeitantes a processos eleitorais que sejam da sua competência;
  - b) Colaborar com a CPD na redação do Regulamento Interno da JSD Distrital Castelo Branco;
  - c) Integrar a comissão organizadora do Congresso Distrital.

##### Artigo 5º (Composição)

- 1 - Compõem o Conselho Distrital:
  - a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
  - b) Os membros da Comissão Política Distrital;
  - c) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias em funções ou quem a CPC designar para a representar;
  - d) Os Presidentes dos Núcleos de Estudantes Social Democratas em funções, ou quem a Direção designar para o representar;
  - e) Os delegados eleitos para o III Congresso Distrital;
  - f) O Coordenador Distrital do Gabinete do Ensino Superior;

- g) O Coordenador Distrital do Gabinete Ensino Básico, Secundário e Profissional;
  - h) O Coordenador Distrital do Gabinete Autárquico;
  - i) O Coordenador Distrital do Gabinete do Gabinete de Formação;
  - j) O Coordenador Distrital do Gabinete de Estudos;
  - k) O Coordenador Distrital do Gabinete de Comunicação e Imagem;
  - l) Os Deputados da JSD eleitos pelos círculos eleitorais total ou parcialmente integrados na Região;
  - m) Os Vereadores do PSD indicados pela JSD eleitos nos concelhos da respetiva Região;
  - n) Os titulares de órgãos nacionais, inscritos em órgãos de base da respetiva Região.
- 2 - De acordo com o número 3 do artigo 2º do presente regulamento, têm direito a voto todos os elementos que compõem o Conselho Distrital.

#### Artigo 6º (Participantes e Observadores)

- 1 - De acordo com o número 5 do artigo 2º, as reuniões do Conselho Distrital são públicas, podendo o Conselho Distrital conferir o estatuto de participante a militantes, simpatizantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante.
- 2 - A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra, nos termos do n.º 2 do art.º 22.º.
- 3 - Todos os elementos do público, que não sejam Conselheiros nem tenham o estatuto de participante, serão considerados observadores.
- 4 - A qualidade referida no número anterior confere aos visados o direito ao uso da palavra no Período para a Intervenção do Público.

#### CAPÍTULO II MANDATO DOS CONSELHEIROS

##### Artigo 7º (Duração do Mandato)

- 1 - O mandato dos Conselheiros Distritais é de dois anos, exceto nos casos previstos nos Estatutos e neste Regulamento.
- 2 - Os membros por inerência manterão a qualidade de Conselheiros Distritais enquanto se mantiverem no exercício das funções que conferem a presença neste órgão.

##### Artigo 8º (Verificação de Poderes)

O mandato dos Conselheiros será verificado pela Mesa.

##### Artigo 9º (Suspensão do Mandato)

- 1 - Os Conselheiros poderão pedir a suspensão do seu mandato uma ou mais vezes, por período total não superior a um ano e não inferior a um mês.
- 2 - Determinam a suspensão do mandato:
  - a) O conhecimento do pedido por parte da Mesa;
  - b) Pena disciplinar de suspensão aplicada por órgão jurisdicional.

##### Artigo 10º (Perda de Mandato)

- Perdem o mandato os Conselheiros que:
- a) Renunciem por escrito ao seu mandato;
  - b) Cessarem as funções que lhes conferem a presença no Conselho Distrital;
  - c) Ultrapassem o limite de faltas estabelecidas ou o período máximo admitido para a suspensão de mandato;
  - d) Percam a qualidade de militante da JSD.

##### Artigo 11º (Substituições)

Os Conselheiros são substituídos pelos respetivos suplentes, ou pelo seu substituto no órgão que representam no Conselho Distrital, conforme o caso.

##### Artigo 12º (Direitos)

- Constituem direitos dos Conselheiros:
- a) Apresentar requerimentos, propostas e moções;
  - b) Apresentar moções de censura ou de confiança, aos órgãos distritais, nos termos estatutários;
  - c) Interpelar e pedir esclarecimento à Mesa sobre a condução dos trabalhos;
  - d) Participar nas discussões e votações;
  - e) Interpelar os órgãos distritais;
  - f) Usar do direito de resposta, quando visados;

**Convocações**

- g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em ata;
- h) Questionar os representantes das Comissões Políticas Concelhias sobre as suas atividades.

**Artigo 13º  
(Deveres)**

Constituem deveres dos Conselheiros:

- a) Comparecer às reuniões do Conselho Distrital;
- b) Desempenhar os cargos e funções para que sejam eleitos ou designados pelo Conselho Distrital;
- c) Participar nas votações;
- d) Respeitar a dignidade do Conselho Distrital e dos seus membros;
- e) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- f) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Conselho Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.

**Artigo 14º  
(Faltas)**

- 1 - Determina a perda do mandato a falta não justificada a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões intercaladas.
- 2 - A justificação da falta deverá ser enviada por escrito à Mesa, nos cinco dias posteriores à realização do Conselho Distrital.
- 3 - É da competência da Mesa aceitar ou não a justificação apresentada pelos Conselheiros.

**CAPÍTULO III  
MESA DO CONSELHO DISTRITAL**

**Artigo 15º  
(Composição da Mesa)**

- 1 - A Mesa do Conselho Distrital é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes, dois Secretários.
- 2 - Na ausência ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa, o Presidente da Mesa designará um Conselheiro, para o substituir.
- 3 - No caso de falta de todos os membros da Mesa, o Conselho Distrital, elegerá uma Mesa, para presidir à reunião.
- 4 - A eleição prevista no número anterior será presidida pelo Presidente da CPD ou quem o estatutariamente substitua.
- 5 - A composição nominal da Mesa do Congresso e do Conselho Distrital é composta pelos elementos que constam do Anexo I do presente Regulamento.

**Artigo 16º  
(Substituição da Mesa)**

A perda de mandato da Mesa implica a eleição imediata de uma nova Mesa, que dirigirá os trabalhos até à eleição definitiva, em Conselho Distrital Extraordinário, de uma Mesa que complete o mandato em causa.

**Artigo 17º  
(Competências do Presidente da Mesa)**

Compete ao Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Conselho Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
- b) Representar o Conselho Distrital;
- c) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Conselho Distrital;
- d) Conceder a palavra aos Conselheiros e aos Participantes;
- e) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- f) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- g) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes;
- h) Assegurar o cumprimento do normativo interno da JSD e das deliberações do Conselho Distrital;
- i) Convocar de imediato eleições para delegados residenciais em concelhias onde estes tenham perdido mandato e não seja possível cumprir o disposto no artigo 11º do presente regulamento. Estes delegados eleitos completarão o mandato em causa;
- j) Delegar funções nos restantes membros da Mesa;
- k) Propor a constituição de comissões temáticas.

**Artigo 18º  
(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)**

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas pelo Presidente.

**Artigo 19º  
(Competências dos Secretários da Mesa)**

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Conselheiros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as atas;
- g) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas pelo Presidente.

**CAPÍTULO IV  
REUNIÃO E FUNCIONAMENTO**

**Artigo 20º  
(Reuniões)**

- 1 - O Conselho Distrital reúne-se de três em três meses, ordinariamente e, em sessão extraordinária, por convocação da sua Mesa, por iniciativa própria ou a requerimento da Comissão Política Distrital, de um quarto das Comissões Políticas Concelhias em efetividade de funções, de 20% dos seus membros ou da Comissão Política Nacional.
- 2 - Os Conselheiros serão convocados através de publicação da convocatória no Povo Livre, publicação no site oficial da JSD Distrital de Castelo Branco e por correio eletrónico, para o endereço registado nos serviços da JSD ou outro indicado pelo Conselheiro, com quinze dias de antecedência, devendo ainda a convocatória ser publicitada por outros meios que se entendam convenientes.
- 3 - Da convocatória constará o dia, a hora e o local da reunião, bem como a sua ordem de trabalhos. Sendo caso, deverão de igual modo mencionar expressamente os atos eleitorais a realizar, o dia, local e prazo de entrega das candidaturas e a referência precisa ao período durante o qual as urnas se encontrarão abertas.
- 4 - Da ordem de trabalhos constará um ponto para a intervenção do público.
- 5 - O local das reuniões será fixado pela Mesa, ouvida a CPD e tendo em conta o estipulado no número 4 do artigo 2º do presente regulamento.

**Artigo 21º  
(Quórum)**

O Conselho Distrital poderá deliberar com a presença de um terço dos seus membros, em efetividade de funções.

**Artigo 22º  
(Uso da Palavra)**

- 1 - A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:
  - a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
  - b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
  - c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
  - d) Interpelar os órgãos distritais;
  - e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
  - f) Apresentar requerimentos, protestos, contrapropostas e formular votos;
  - g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
  - h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- 2 - A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra.
- 3 - A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.
- 4 - Aos Participantes será concedida a palavra para os efeitos previstos nas alíneas a) a c) do número anterior.

- 5 - Aos observadores será concedida a palavra, no período de intervenção do público, para os efeitos previstos nas alíneas a), d), f) e h), sendo o tempo disponível, distribuído pelos observadores que queiram fazer intervenções, de forma equitativa,

**Artigo 23º  
(Votações)**

- 1 - Todas as decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição em contrário prevista nos Estatutos e demais Regulamentos da JSD.
- 2 - Na votação de moções de censura ou de confiança à CPD deverão participar um terço dos membros do universo eleitoral e a proposta será aprovada se obtiver a maioria simples dos votos expressos.
- 3 - A apresentação e votação de uma Moção de Censura ou de Confiança, deverá ser feita em Conselho Distrital convocado expressamente para o efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 92.º dos Estatutos.
- 4 - Serão obrigatoriamente tomadas por voto secreto todas as deliberações referentes a pessoas e a moções de censura ou de confiança.

**Artigo 24º  
(Perda de Mandato dos Órgãos)**

- 1 - Perdem o mandato os órgãos relativamente aos quais se verifique:
  - a) A exoneração, nos termos do artigo anterior;
  - b) A perda do mandato da maioria dos seus titulares;
  - c) A perda do mandato do seu Presidente, em conformidade com os Estatutos;
- 2 - No caso de perda de mandato da CPD, por força do disposto nas alíneas a) e b) do número 1 do presente artigo, o Conselho Distrital convocará o Congresso Distrital, que elegerá novos órgãos distritais, respetivamente, Conselho Distrital, Mesa e CPD.
- 3 - No caso de perda de mandato da CPD, esta manter-se-á em funções até à realização do Congresso Distrital, que deverá ocorrer no prazo máximo de 2 meses.
- 4 - No caso de perda de mandato da Mesa do Conselho Distrital, o Conselho Distrital elegerá nova Mesa, que completará o mandato da Mesa anterior.

**Artigo 25º  
(Continuidade das reuniões)**

As reuniões não podem ser interrompidas, salvo decisão irrecorrível do Presidente da Mesa para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem;
- c) Votações.

**Artigo 26º  
(Distinções Honorárias Distritais)**

- 1 - O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD.
- 2 - A distinção de Militante Honorário Distrital é atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.
- 3 - Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.
- 4 - A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respetiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

**CAPÍTULO V  
COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL**

**Artigo 27º  
(Definição e Competência)**

- 1 - A Comissão Política Distrital (CPD) é o órgão executivo de direção política permanente das atividades da JSD, a nível distrital, competindo-lhe:
  - a) Apresentar a posição da JSD, consultando o Conselho Distrital, sobre os problemas políticos da Região;
  - b) Dar execução às diretrizes dos órgãos nacionais, quando não incorram contra a vontade manifesta dos jovens do Distrito;
  - c) Dar cumprimento às deliberações do Congresso e dos Conselhos Distritais;

**CAPÍTULO V  
GABINETES**

**Artigo 35°**

**(Gabinete do Ensino Superior)**

- 1 – Junto da CPD, e sob a sua orientação, é constituído o Gabinete do Ensino Superior, que tem como atribuição apoiar a CPD na execução das políticas relacionadas com o Ensino Superior.
- 2 – A CPD nomeia os membros do Gabinete do Ensino Superior, nomeadamente, o seu Coordenador.
- 3 – No Gabinete do Ensino Superior poderão ainda colaborar, mediante aprovação por parte da CPD, Coordenadores Concelhios do Ensino Superior, propostos pelas respetivas Comissões Políticas Concelhias da JSD.

**ARTIGO 36°**

**(Gabinete do Ensino Básico, Secundário e Profissional)**

- 1 – Junto da CPD, e sob a sua orientação, é constituído o Gabinete do Ensino Básico, Secundário e Profissional, que tem como atribuição apoiar a CPD na execução das políticas relacionadas com o Ensino Básico, Secundário e Profissional.
- 2 – A CPD nomeia os membros do Gabinete do Ensino Básico, Secundário e Profissional, nomeadamente, o seu Coordenador.
- 3 – No Gabinete do Ensino Básico, Secundário e Profissional poderão ainda colaborar, mediante aprovação por parte da CPD, Coordenadores Concelhios do Ensino Básico e Secundário, propostos pelas respetivas Comissões Políticas Concelhias da JSD.

**Artigo 37°**

**(Gabinete Autárquico e Preparação Política)**

- 1 – Junto da CPD, e sob a sua orientação, é constituído o Gabinete Autárquico e Preparação, que tem como atribuição apoiar a CPD na execução das políticas autárquicas da JSD, auxiliar todos os militantes da JSD que exercem funções autárquicas, assim como ajudar na preparação das reuniões com a Administração Local e outras entidades.
- 2 – A CPD nomeia os membros do Gabinete Autárquico e Preparação Política, nomeadamente o seu Coordenador.
- 3 – No Gabinete Autárquico e Preparação Política poderão ainda colaborar, mediante aprovação por parte da CPD, Coordenadores Concelhios Autárquicos, propostos pelas respetivas Comissões Políticas Concelhias da JSD.

**Artigo 38°**

**(Gabinete de Formação)**

- 1 – Junto da CPD, e sob a sua orientação, é constituído o Gabinete de Formação, que tem como atribuição apoiar a CPD na execução das políticas de formação da JSD.
- 2 – A CPD nomeia os membros do Gabinete de Formação, nomeadamente, o seu Coordenador.
- 3 – No Gabinete de Formação poderão ainda colaborar, mediante aprovação por parte da CPD, Coordenadores Concelhios do Gabinete de Formação, propostos pelas respetivas Comissões Políticas Concelhias da JSD.

**Artigo 39°**

**(Gabinete de Estudos)**

- 1 – Junto da CPD, e sob a sua orientação, é constituído o Gabinete de Estudos, que tem como atribuição apoiar a CPD na execução e fundamentação das políticas da JSD.
- 2 – A CPD nomeia os membros do Gabinete de Formação, nomeadamente, o seu Coordenador.
- 3 – No Gabinete de Estudos poderão ainda colaborar, mediante aprovação por parte da CPD, Coordenadores Concelhios do Gabinete de Estudos, propostos pelas respetivas Comissões Políticas Concelhias da JSD.

**Artigo 40°**

**(Gabinete de Comunicação e Imagem)**

- 1 – Junto da CPD, e sob a sua orientação, é constituído o Gabinete de Comunicação e Imagem, que tem como atribuição apoiar a CPD no relacionamento com a comunicação social, na divulgação das atividades da JSD Castelo Branco, assim como zelar por uma imagem coerente.
- 2 – A CPD nomeia os membros do Gabinete de Comunicação e Imagem, nomeadamente, o seu Coordenador.
- 3 – No Gabinete de Estudos poderão ainda colaborar, mediante aprovação por parte da CPD, Coordenadores Concelhios do Gabinete de Comunicação e Imagem, propostos pelas respetivas Comissões Políticas Concelhias da JSD.

- d) Coordenar a ação das Comissões Políticas Concelhias;
- e) Estabelecer uma ligação e colaboração efetivas e de duplo sentido entre a Comissão Política Nacional e as Comissões Políticas Concelhias;
- f) Elaborar o Orçamento, Plano e Relatório de Atividades e Relatório e Contas a apresentar ao Conselho Distrital;
- g) Velar pelo bom funcionamento de toda a atividade da JSD, nomeadamente promovendo todas as iniciativas que visem atingir os objectivos da Organização;
- h) Apresentar ao Conselho Distrital relatórios periódicos de atividades da sua atividade e da vida interna da JSD;
- i) Organizar e dirigir o respetivo secretariado executivo;
- j) Requerer a convocação do Conselho Distrital;
- k) Exercer as competências que lhe forem delegadas pelo Conselho Distrital;
- l) Propor ao Conselho Distrital os elementos a indicar como candidatos a Deputados nas listas do PSD à Assembleia da República no círculo eleitoral de Castelo Branco;
- m) Nomear o Coordenador Distrital do Gabinete do Ensino Superior;
- n) Nomear o Coordenador Distrital do Gabinete do Ensino Básico, Secundário e Profissional;
- o) Nomear o Coordenador Distrital do Gabinete Autárquico e de Preparação Política;
- p) Nomear o Coordenador Distrital do Gabinete de Formação;
- q) Nomear o Coordenador Distrital do Gabinete de Estudo;
- r) Nomear o Coordenador Distrital do Gabinete de Comunicação e Imagem;
- s) Redigir o Regulamento Interno da JSD Distrital Castelo Branco, em colaboração com a Mesa do Conselho Distrital e submetê-lo a aprovação no primeiro Conselho Distrital ordinário de cada mandato.

**Artigo 28°  
(Composição)**

- 1 – A CPD é composta por:
  - a) Um Presidente;
  - b) Três Vice-Presidentes;
  - c) Um Secretário-Geral
  - d) Vinte Vogais, sendo o primeiro Vogal, o Responsável Administrativo e Financeiro.
- 2 – Participam, por inerência, nas reuniões da CPD, as seguintes entidades, se existentes e em funções:
  - a) O Coordenador Distrital do Gabinete do Ensino Superior;
  - b) O Coordenador Distrital do Gabinete do Ensino Básico, Secundário e Profissional;
  - c) O Coordenador Distrital do Gabinete Autárquico e Preparação Política;
  - d) O Coordenador Distrital do Gabinete de Formação;
  - e) O Coordenador Distrital do Gabinete de Estudo;
  - f) O Coordenador Distrital do Gabinete de Comunicação e Imagem;
- 3 – De acordo com o número 3 do artigo 2º, todos os membros que compõem a CPD têm direito a voto.
- 4 – O Responsável Administrativo e Financeiro pode ser substituído, por proposta da CPD e aprovado pelo Conselho Distrital, por outro elemento da CPD.
- 5 – A composição nominal da CPD é composta pelos elementos que constam do Anexo I do presente Regulamento.
- 6 – Pode-se ainda constituir uma Comissão Política Distrital Permanente (CPDP), composta pelo Presidente, Vice-Presidentes e Secretária-Geral.
- 7 – Compete à CPDP:
  - a) A coordenação de toda a atividade política da CPD;
  - b) Tomar decisões em que, pelo seu caráter de urgência, não seja possível reunir a CPD.
- 8 – Das decisões tomadas ao abrigo do número anterior, deve a CPDP dar conta à CPD para informação e, em caso de necessidade, proceder à ratificação das decisões tomadas.

**Artigo 29°**

**(Competências do Presidente da CPD)**

- 1 – Compete ao Presidente da CPD:
  - a) Presidir às Reuniões da CPD e da CPDP;
  - b) Coordenar a atividade Política da JSD Distrital Castelo Branco
  - c) Representar a JSD Distrital Castelo Branco;
  - d) Apresentar publicamente a posição da JSD Distrital Castelo Branco perante os problemas de política regional;

- e) Delegar funções nos Vice-Presidentes e demais membros da CPD.

- 2 – A delegação de funções a que se refere a alínea f) do número anterior é uma competência própria do Presidente da CPD, não sendo necessária aprovação, devendo contudo o Presidente informar a restante CPD.

**Artigo 30°**

**(Vice-Presidentes)**

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos;
- b) Apoiar permanentemente e ativamente o Presidente da CPD no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as demais funções para que sejam designados.

**Artigo 31°**

**(Secretária-Geral)**

1 – Compete à Secretária-Geral:

- a) Coordenar e dirigir o secretariado executivo da CPD e demais serviços administrativos previstos no Regulamento Interno da CPD;
- b) Elaborar e submeter à CPD o Orçamento e Contas dos órgãos Distritais da JSD em colaboração com o Responsável Administrativo e Financeiro;
- c) Secretariar as reuniões da CPD, tomar nota das deliberações e lavrar a respetiva ata;
- d) Nomear, Secretários-Gerais Adjuntos, num máximo de dois.

- 2 – O Secretário-Geral será apoiado, no exercício das suas funções, pelos Secretários-Gerais Adjuntos e pelo Responsável Administrativo e Financeiro, neles podendo delegar competências.

**Artigo 32°**

**(Reuniões)**

1. A CPD reúne-se no último domingo de cada mês às 15h30m, em local a definir de acordo com o número 6 do presente artigo, de forma ordinária e reúne-se extraordinariamente sempre que convocada, nos termos do presente Regulamento Interno, pelo seu Presidente, pela Comissão Permanente ou a requerimento de 1/4 dos seus membros.
- 2 – A data e a hora das reuniões estipuladas no número anterior podem ser alteradas por:
  - a) Motivo de força maior, sendo que nesse caso a reunião passa para o domingo imediatamente a seguir;
  - b) Razões de disponibilidade, depois de ouvida a CPD.
- 3 – As reuniões da CPD são sempre em composição alargada aos Presidentes das Comissões Políticas Concelhias do Distrito ou seus representantes e pelos Presidentes dos NESD ou quem os substitua.
- 4 – Os membros da CPD serão convocados através de correio eletrónico, com 5 dias de antecedência, devendo ainda a convocatória ser publicitada por outros meios que se entendam convenientes.
- 5 – Da convocatória constará o dia, a hora e o local da reunião, bem como a sua ordem de trabalhos.
- 6 – O local das reuniões será fixado pelo Presidente, ouvida a CPD/CPDP e tendo em conta o estipulado no número 4 do artigo 2º do presente regulamento.
- 7 – As reuniões ordinárias da CPD serão abertas aos militantes que manifestem, antecipada e expressamente, o seu interesse em nelas participarem.

**Artigo 33°**

**(Quórum)**

- 1 – De acordo com o n.º1 do artigo 94º, a CPD da JSD Distrital Castelo Branco só poderá deliberar estando presentes mais de metade dos seus membros, em efetividade de funções.
- 2 – Sem prejuízo do direito à participação e do direito ao voto, considera-se que existe quórum quando se verifique a presença de mais de metade do número máximo de elementos previstos nos Estatutos da JSD Nacional

**Artigo 34°**

**(Faltas)**

- 1 – Determina a perda do mandato a falta não justificada a cinco reuniões consecutivas ou a sete reuniões intercaladas.
- 2 – A justificação da falta deverá ser enviada por escrito ao Presidente da CPD, nos cinco dias posteriores à realização da reunião da CPD.
- 3 – Compete à CPDP justificar as faltas.

**Convocatórias****TÍTULO III  
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS****Artigo 41º  
(Revisão do Regulamento)**

O presente Regulamento da JSD Distrital Castelo Branco só poderá ser modificado pelo Conselho Distrital, expressamente convocado para o efeito e por uma maioria de 2/3 dos seus membros em efetividade de funções.

**Artigo 42º  
(Integração de Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma regulamentar, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos e dos Regulamentos da JSD, em segundo lugar aos Estatutos do PSD e em terceiro lugar à lei geral.

**Artigo 43º  
(Entrada em vigor)**

1 - O presente Regulamento Interno entra em vigor com a sua publicação no órgão oficial de imprensa do PSD, devendo esta ter lugar nos 20 dias seguintes à sua aprovação.

**ANEXO I****Composição nominal da Mesa do Congresso e do Conselho Distrital**

**Presidente:** José Bastos Pinto  
**Vice-Presidente:** João Matias  
**Vice-Presidente:** Diogo Serras  
**Secretário:** Rúben Salta  
**Secretário:** David Henriques  
**Suplente:** João Diamantino  
**Suplente:** João Pedro Serras  
**Suplente:** Diogo Sanches

**Composição Nominal da CPD JSD Castelo Branco**

**Presidente:** Hugo Ferrinho Lopes  
**Vice-Presidente:** Márcia Caldeira Nunes  
**Vice-Presidente:** Cristiano Gaspar  
**Vice-Presidente:** Rebeca Lopes  
**Secretária-Geral:** Gisela Martins  
**Vogal e Responsável Administrativo e Financeiro:** Hélder Antunes  
**Vogal:** Diogo Freire  
**Vogal:** Luís Clemente  
**Vogal:** Duarte Alves  
**Vogal:** Tiago José  
**Vogal:** David Ribeiro  
**Vogal:** Pedro Marques  
**Vogal:** João Santos Silva  
**Vogal:** Hugo Morão  
**Vogal:** Tiago Rodrigues  
**Vogal:** André Canilho  
**Vogal:** Luís Nabais  
**Vogal:** Raquel Bento  
**Vogal:** Samuel Cardoso  
**Vogal:** Luís Fazenda  
**Vogal:** Rúben Nascimento  
**Vogal:** José Nunes  
**Vogal:** Edgar Barata  
**Vogal:** Bruno Laia  
**Vogal:** Carlos Tereso  
**Coordenador Gabinete de Formação:** Miguel Barroso  
**Coordenador Gabinete de Imagem e Comunicação:** Daniel Trindade  
**Coordenador Gabinete Autárquico e Preparação Política:**  
**Coordenador Gabinete Ensino Superior:**  
**Coordenador Gabinete Ensino Básico, Secundário e Profissional:** Pedro Caniça  
**Coordenador Gabinete de Estudos:** Néelson Carvalho

**Representante das Concelhias:**

**Castelo Branco:** José Bastos Pinto  
**Covilhã:** João Matias  
**Fundão:**  
**Oleiros:**  
**Sertã:**  
**Vila de Rei:** Diogo Serras

**II CONSELHO NACIONAL /2015 – Extraordinário**

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **30 de Julho, quinta-feira, às 21h00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

**Ordem de Trabalhos**

1. Deliberação sobre a proposta apresentada pela CPN, nos termos do artigo 18º, n.º 2, alínea g) dos Estatutos, referente às listas de candidatos à Assembleia da República.
2. Deliberação sobre a proposta apresentada pela CPN, nos termos do artigo 18º, nº 2, alínea g) dos Estatutos, referente à designação do candidato a Primeiro-Ministro.

O Presidente da Mesa do Congresso

**Fernando Ruas**

Lisboa, 22 de Julho de 2015



**Informamos os nossos leitores que o "Povo Livre" interrompe para férias durante o mês de Agosto. Estaremos de volta a 2 de Setembro. Boas férias!**